

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

**BASES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO-
ESCOLARIZADOS: Um estudo com a Comunidade de Retireiros do Araguaia,
Luciara-MT**

Mestrando: **Regisnei Aparecido de Oliveira Silva**

Orientador: **Prof. Dr. Germano Guarim Neto**

Cuiabá-MT
Outubro/2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

**BASES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO-
ESCOLARIZADOS: Um estudo com a Comunidade de Retireiros do Araguaia,
Luciara-MT**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, do Instituto
de Educação da Universidade Federal de
Mato Grosso como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em
Educação linha de pesquisa em Educação
e Meio Ambiente.**

Mestrando: Regisnei Aparecido de Oliveira Silva

Orientador :Prof.Dr Germano Guarim Neto

CUIABÁ-MT

Outubro/2004

FICHA CATALOGRÁFICA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Germano Guarim Neto

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

(Orientador)

Prof^ª. Dr^ª Nágila Caporlândia Giesta

Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURGS.

(Membro externo)

Prof^ª Dr^ª Maria Lúcia Rodrigues Muller

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

(Membro interno)

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

(Membro Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à população de Luciara que durante cinco anos me acolheu e me ajudou a produzir este trabalho através das conversas, brincadeiras, festas religiosas, acampamentos, pescarias... e a todos os povos simples de conhecimento rico (como os Retireiros do Araguaia), que podem ensinar a humanidade a viver em paz consigo e com todos os seres da Terra.

AGRADECIMENTOS

A quem eu recorro nos momentos de paz e reflexão: DEUS;

A Instituição que me proporcionou este trabalho: UFMT;

A Instituição que me acolheu profissionalmente: UNEMAT;

Aos que me proporcionaram a vida: Meu pai e minha mãe;

Aos que me confortam simplesmente por existirem: Meus irmãos, sobrinhos, cunhada;

A quem deu novo sentido a minha vida profissional e emocional: Minha noiva;

Aos que me deram forças para continuar a caminhada: Meus amigos e amigas;

A quem acreditou que eu pudesse ir mais longe: Prof^ª. Msc. Maria Antonia Carniello;

Aos que me conduziram pelos caminhos do conhecimento: Meus professores;

Aos que com competência e dedicação contribuíram na análise deste trabalho: Membros da banca examinadora;

A quem se fez de porto seguro para que eu pudesse navegar nas águas profundas do conhecimento científico: Prof. Dr. Germano Guarim Neto.

EPÍGRAFE

“A poesia do Araguaia é sua água, sua areia, sua fauna e flora, a canoa karajá, o luar, o pôr-do-sol, as lutas e esperanças dos povos indígenas e do povo ribeirinho, que no Araguaia tem procurado uma terra de sossego, nem sempre tão sossegada”.

(D. Pedro Casaldáliga)

ÍNDICE

Lista de figuras.....	
Lista de quadros.....	
Resumo.....	
Abstract.....	
1. INTRODUÇÃO.....	
2. PERCURSO TEÓRICO.....	
2.1. Meio Ambiente, Humanidade e Conservação.....	
2.2. Diversidade Cultural e Conhecimento Tradicional.....	
2.3. Comunidades Tradicionais e Educação.....	
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	
3.1. Os caminhos da pesquisa.....	
3.2. Metodologia.....	

CAPÍTULO I

1. O ESPAÇO DE VIVÊNCIA E OS ATORES SOCIAIS ESTUDADOS.....	
1.1. A Região Norte-Araguaia do Estado de Mato Grosso.....	
1.2. O Município de Luciara.....	
1.3. Os Retiros.....	
2. ATORES SOCIAIS: Os Retireiros do Araguaia.....	
2.1. A identidade dos Retireiros do Araguaia.....	
2.2. A organização social, política e econômica dos Retireiros.....	

CAPÍTULO II

1.O CONHECIMENTO AMBIENTAL DOS RETIREIROS DO ARAGUAIA...	
1.1.Conhecimento Sobre A Fauna Local.....	
1.1.1.A caça.....	
1.1.2.A pesca.....	
1.2.O Conhecimento Sobre a Flora Local.....	

1.2.1.As Plantas nativas e as diferentes formas de uso.....	
1.3.O Saber Sobre o Ambiente Físico.....	
1.3.1.O Saber sobre o solo, clima e sazonalidade.....	

CAPÍTULO III

1. O PROCESSO EDUCATIVO NA COMUNIDADE DOS RETIREIROS.....	
1.1. A educação no espaço não-escolarizado.....	
1.2. A educação no espaço escolarizado.....	
2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Educação para a vida.....	
2.1. Um modelo de conservação ambiental.....	
2.2. Indicadores para Educação Ambiental.....	

CAPÍTULO IV

1. O FUTURO DOS RETIROS E RETIREIROS.....	
--	--

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

ANEXOS.....

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1-Mapa da Região Norte-Araguaia.....	
Fig. 2-Mapa do Município de Luciara.....	
Fig. 3-Mapa da Comunidade dos Retireiros.....	
Fig. 4-Casa de retireiro.....	
Fig. 5-Retirada do gado no período chuvoso.....	
Fig. 6-Ciclo sazonal na Comunidade dos Retireiros.....	
Fig. 7-Calendário das atividades desenvolvidas nos retiros.....	
Fig. 8- Construção de casa, cerca, porteira e curral com vegetais nativos.....	
Fig. 9-Pastagem nativa no verão.....	
Fig.10-Pastagem nativa no inverno.....	
Fig. 11- Relações estabelecidas no processo de educação para o meio ambiente.....	
Fig. 12-Contraste entre o tradicional e o moderno.....	

QUADROS

- Quadro 1. Principais animais citados pelos retireiros do Araguaia.....
- Quadro 2. Principais peixes utilizados pelos retireiros.....
- Quadro 3. Principais plantas nativas citadas pelos retireiros.....
- Quadro 4. Indicadores de Educação Ambiental.....

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com a população de uma comunidade tradicional denominada “Retireiros do Araguaia”, localizada no município de Luciara, região Norte Araguaia do Estado de Mato Grosso a 11° 05’25” S e 50°37’ 49” N, distante 1200 quilômetros da capital do estado, Cuiabá. Teve como objetivo estudar a relação entre o saber tradicional desta população acerca do ambiente e o processo educativo ali estabelecido. Utilizou-se como base metodológica a observação participativa e entrevista semi-estruturada com retireiros escolhidos por amostra intencional. A Comunidade é formada por aproximadamente 40 famílias que há mais de seis décadas desenvolvem uma atividade de cria de gado bovino em pastagens nativas da região. O sistema de uso comum do espaço é característica fundamental para a subsistência destas famílias. O gado é criado de forma extensiva nos períodos de seca (maio a dezembro) e no período chuvoso (janeiro a abril) é retirado para as partes altas, onde não há inundação, permanecendo confinado em pequenas áreas. Para se manterem inseridos nesse ambiente, os retireiros adquiriram ao longo dos anos uma gama de conhecimentos que vai desde o manejo da fauna e flora até o conhecimento sobre o ambiente físico (clima, solo, temperatura). Associado a este saber, percebe-se uma forte ligação deste povo com a simbologia e misticismo, atribuindo a estes fatores, diversos fenômenos naturais. Todo esse conhecimento é entendido como um processo educativo informal que ocorre em espaços não-escolarizados no cotidiano das famílias de acordo com suas manifestações culturais. Nota-se que é este o conhecimento de que dependem para sobrevivência no local, sendo passado de geração a geração, por meio da observação e oralidade e registrado culturalmente na memória do povo. Este modelo é entendido como Educação Ambiental informal e pode servir de subsídio para discussões em espaços escolarizados, pois além de garantir a permanência da população no local, garante o equilíbrio do ambiente e conseqüentemente a conservação da biodiversidade. Além desse saber, a população participa da educação desenvolvida nos espaços escolarizados, entendida como educação formal, utilizando-a como mecanismo de conquista de seus direitos e luta para uma “melhor qualidade de vida”. Estes dois modelos de educação são fundamentais para consolidar o processo educativo na comunidade e garantir a identidade da população retireira.

Palavras-chave: educação; retireiro; conservação

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos surpreenderá a todos, não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido o óbvio.

(Milton Nascimento)

A Região Norte-Araguaia do Estado de Mato Grosso é banhada pelo Rio Araguaia e seus afluentes. Esses rios e as características do ambiente: clima, solo, vegetação, regime de chuva proporcionam à região peculiaridades que exigem das populações que ali vivem uma estreita relação com o ambiente local.

Nesta região vive um grande número de grupos étnicos, dentre eles os povos indígenas Karajá, Tapirapé e Xavante. Além dos povos indígenas há a presença de populações tradicionais não indígenas que vivem em comunidades isoladas nesse ambiente, numa relação de dependência dos recursos naturais. Esta dependência levou esses povos a construir um vasto conhecimento do ambiente local e criar mecanismos de manejo dos recursos, garantindo o suprimento das necessidades da comunidade e conseqüentemente a sobrevivência da população.

Estas populações não indígenas são encontradas, principalmente ao longo do Rio Araguaia, em agrupamentos humanos denominados “comunidades tradicionais”. Dentre essas comunidades encontra-se a Comunidade dos Retireiros do Araguaia, local de realização deste trabalho.

A população desta Comunidade se autodenomina “retireiros” e são profundos conhecedores do ambiente físico e natural, pois é deste saber que necessitam para se manter no ambiente.

Nesta comunidade há uma evidente preocupação com o processo educativo escolar, com ações que proporcionam melhoria da qualidade de vida da população, tanto no presente como no futuro. No entanto, o conhecimento de que dependem para a sobrevivência no ambiente (Comunidade dos Retireiros) não provém da educação escolarizada, e sim, de um modelo de ensino e aprendizagem não escolarizado que acontece nos espaços vivenciados, bem como no interior da cultura local através das atividades diárias, na cotidianidade, sendo

transmitido pela oralidade para as gerações futuras. É esse conhecimento, construído nas manifestações culturais, que tem garantido aos povos de comunidades tradicionais uma relação de equilíbrio dinâmico entre os seres humanos e destes com o ambiente natural.

Nesse sentido, no presente trabalho procurou-se harmonizar estudos sobre educação, comunidades e saberes tradicionais e ainda a interação humana com os recursos naturais. O estudo dos aspectos culturais foi imprescindível para a compreensão e discussão em torno do modelo de vida adotado pelas populações tradicionais.

Sobre educação destacaram-se os autores que discutem educação popular, promovidas geralmente em comunidades humanas. Esta educação pode ser categorizada em educação formal, não formal e informal, que pode acontecer nos espaços escolarizados (formal) e espaços não-escolarizados (informal e não-formal). Para essa discussão foram utilizados os pressupostos teóricos de Guarim Neto (2000, 2001, 2003), Freire (2001), Gadotti (1995), Brandão (1994, 2002), Gohn (2001), Giesta (2001), Ruscheinsky (2004), dentre outros. Ainda em se tratando de educação procurou-se fazer uma ligação desta com população/ambiente, utilizando como referência trabalhos em educação e meio ambiente, realizados em todo o Brasil, inclusive em Mato Grosso. Sendo assim, essas discussões foram sustentadas nos trabalhos de pesquisadores como Guarim Neto (1995, 1999), Guarim (1995 e 2000), Bortolotto (1999), Ferreira (1995), Sato (2003), Reigota (1994, 1996), Gutiérrez (2000). A contribuição desses pesquisadores fortaleceu as argumentações, proporcionando uma maior compreensão da influência da educação nas questões ambientais.

Vários autores contribuíram nas discussões sobre comunidades e populações tradicionais, dentre eles destacam-se Diegues (1996, 2000), Colchester (2000) e Morán (1990). Estudos em etnobiologia também foram fundamentais para o enriquecimento das discussões. Para tanto, utilizou-se estudos etnobiológicos de Begossi (2002) e Posey (1996).

A etnobiologia entendida como o resultado de um entrecruzamento da biologia com a antropologia contribuiu para esclarecer as diferenças culturais, trazer informações sobre o conhecimento ambiental das populações, bem como auxiliar no conhecimento biológico sobre os organismos e suas interações.

Trabalhos semelhantes a este, realizados com populações tradicionais em outras regiões do Brasil também deram suporte ao presente estudo. Dentre esses trabalhos destacam-se a pesquisa de Marques (2001) com brejeiros em Alagoas; Furtado (1997 E 1993) pesquisando pescadores das várzeas do Rio Amazonas no Estado do Pará; Silva & Silva (1995) em estudo realizado com pantaneiros no Pantanal Matogrossense e Barcelos (2003) em

pesquisa realizada com pescadores artesanais em Rio Grande – RS. Essas pesquisas descrevem o cotidiano de populações tradicionais abordando aspectos sociais, culturais e econômicos, dando ênfase ao conhecimento acumulado ao longo do tempo e transmitido às gerações por meio das experiências vivenciadas em cada grupo social.

O futuro da Comunidade também foi abordado neste trabalho levando-se em conta para as discussões, os relatos dos moradores obtidos por meio das entrevistas e contatos informais. Esses relatos são importantes para analisar a influência de outras culturas nesta comunidade, possibilitando assim a criação de políticas que garantam a sustentabilidade da comunidade.

O desenvolvimento desta pesquisa se deu na comunidade dos Retireiros do Araguaia em Luciara-MT, com o intuito de estudar a relação entre o saber tradicional desta população e o processo educativo ali estabelecido, utilizando-se para tanto as experiências vividas no cotidiano desta comunidade, que além de promover a sobrevivência da população garantem a conservação da cultura local e do ambiente natural.

O estudo do conhecimento de povos tradicionais acerca do ambiente físico e natural e suas relações com os mesmos torna-se relevante uma vez que possibilitará conhecer a complexidade de funcionamento de diferentes ambientes naturais, bem como oportunizará mecanismos de discussão de educação ambiental nos diversos segmentos educacionais. Esse estudo tornará possível também a criação de estratégias de conservação ambiental e cultural, garantindo assim, um futuro saudável ao ambiente e conseqüentemente à população.

2. PERCURSO TEÓRICO

“O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer” (Karl Max).

2.1. Meio Ambiente, Humanidade e Conservação

A história da relação entre o homem¹ e o meio ambiente tem início com o surgimento deste na Terra.

Compreender a evolução da humanidade é fator fundamental para a compreensão das diferentes formas de adaptação do ser humano no Planeta. De acordo com Capra (1996) os seres humanos modernos, pertencentes ao *Homo sapiens* começaram a evoluir do *Homo erectus* entre 400.000 e 250.000 anos atrás. Essa evolução ocorreu gradualmente e se completou por volta de 100.000 anos atrás na África e Ásia e por volta de 35.000 anos atrás, na Europa.

Para o autor acima citado, embora o *Homo erectus* evoluísse gradualmente para o *Homo sapiens*, uma linhagem diferente ramificou-se na Europa evoluindo-se para a forma Neandertal clássica por volta de 125.000 anos atrás. As características anatômicas singulares dos Neandertais (sólidas e robustas, com ossos maciços, testas de baixa declividade, maxilares espessos e dentes frontais longos e ressaltados) deviam-se provavelmente ao fato de terem sido os primeiros seres humanos a passar longos períodos em ambientes extremamente frios. Os Neandertais estabeleceram-se no sul da Europa e na Ásia, onde deixaram para trás marcas de funerais ritualizados em cavernas decoradas com toda uma variedade de símbolos e de cultos envolvendo os animais que caçavam. Há aproximadamente 35.000 anos atrás eles se extinguíram ou se misturaram com a espécie em evolução dos seres humanos modernos dando origem a uma subespécie conhecida como Cro-Magnon, a qual pertence todos os modernos seres humanos. Estes, com uma linguagem plenamente desenvolvida, criaram uma verdadeira explosão de inovações tecnológicas e de atividades artísticas. Ferramentas de pedra e de ossos

¹ A palavra “homem” aparecerá no decorrer do texto no sentido de humanidade

primorosamente trabalhadas, jóias de conchas e de marfim, e magníficas pinturas nas paredes de cavernas úmidas e inacessíveis são testemunhos vívidos dos diversos mecanismos de adaptação e das diferentes formas de manifestação cultural desses grupos ancestrais da humanidade.

Assim dava-se início a mais importante aventura da espécie humana atual: a luta pela sobrevivência partindo do desenvolvimento de técnicas para o domínio da natureza.

O homem sempre criou formas de manejo da natureza para suprir suas necessidades. As atitudes do homem para com a natureza têm variado através dos tempos e ainda variam entre regiões e culturas.

Para Campos (1996), a relação do homem para com a natureza não foi ao longo da história uma convivência tranqüila e sem traumas. Esta relação, na maioria das vezes desarmonicas, resultou em inúmeros impactos. O aumento desse impacto aconteceu à medida que a espécie humana foi desenvolvendo novas tecnologias e ampliando seu domínio sobre a natureza.

Os impactos ambientais podem ser naturais ou causados pela ação humana. O maior problema dos impactos ambientais é o causado pela ação antrópica. O homem é mais um elemento no sistema natural, portanto, sua ação natural (assim como de outros animais) não causa desequilíbrios ambientais. Em Poltronieri (1999), encontramos informações de que nas economias pré-agrícolas (caça e coleta), o impacto global sobre o meio ambiente não foi considerável. Este impacto tornou-se acelerado à medida que a humanidade deixou de ser nômade. A fixação de residência (vida sedentária) fez com que os recursos disponíveis tornassem escassos, obrigando-os a domesticar animais e vegetais:

“...após a domesticação das plantas e dos animais, o desmatamento e a degradação dos solos foram ampliados pela prática da agricultura e do pastoreio. Das primitivas formas agrícolas até a agricultura moderna e contemporânea, os impactos provocados pela atividade agrícola vem aumentando, em função da ampliação da atuação do homem, em vistas dos deslocamentos espaciais que ele realizou, passando da situação de beneficiado pelos ecossistemas naturais para a situação atual de dominação e exploração dos recursos naturais” (Poltronieri apud Del Rio, 1999, p. 238).

É interessante salientar, de acordo com Poltronieri (1999), que com o cultivo de produtos vegetais o homem começa a produzir excedentes, o que lhes garantia a sobrevivência por um longo período, mesmo que as condições climáticas não lhes fossem

favoráveis. A produção de excedentes levou os povos a comercializar produtos (a base de troca), dando início ao comércio e sucessivamente ao capitalismo, onde agrega valores de compra a cada produto produzido de acordo com a necessidade da população. O capitalismo industrial levou a humanidade a sorver o capital da Terra, ultrapassando os limites suportáveis sem considerar as conseqüências ambientais. Num momento da história, mais precisamente na Idade Média, o crescimento econômico de alguns países, principalmente da Europa, era gigantesco, tanto em manufatura quanto em tecnologia, influenciando outros países. A produção de tecnologia teve como objetivo conquistar a natureza para acelerar o processo de produção e conseqüentemente obter mais lucro. A máquina a vapor, indústrias de ferro, canais, rodovias, estradas, a transformação de vilas em cidades eram exemplos de progresso. O desenvolvimento de um país se media pela quantidade de fumaça e lixo que produziam. Os recursos naturais pareciam inesgotáveis, neste momento a humanidade não imaginava que a destruição acelerada desses recursos chegaria a ponto de ameaçar a sobrevivência da humanidade.

Conforme Primack & Rodrigues (2001) a diversidade biológica que levou milhões de anos para se desenvolver vem sendo devastada pela ação da humanidade em todo o Planeta e muitas espécies diminuíram consideravelmente, algumas até a ponto de extinção. Entre vários exemplos de alterações antrópicas, destacam-se os ciclos naturais, hidrológicos e químicos que vêm sendo alterados em conseqüência da destruição dos ecossistemas, os rios e córregos que são assoreados constantemente pelo desgaste do solo e também o clima que tem sido alterado em decorrência da poluição atmosférica e do desmatamento.

Os noticiários mostram que as espécies nunca estiveram tão perto da extinção em tão pouco tempo e a diversidade genética diminuiu, inclusive entre espécies com grandes populações. Junto ao problema da perda da biodiversidade, estão os problemas relacionados à população que cresce rapidamente e, junto a esse crescimento populacional, crescem as desigualdades sociais, fruto do modelo de “desenvolvimento” adotado por inúmeros países, dentre eles o Brasil. As ameaças à diversidade biológica, ao clima, solo, água, são ameaças à continuidade da espécie humana na Terra.

Capra (1996) afirma que há soluções para os principais problemas do nosso tempo, algumas delas até simples. No entanto, requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores. O reconhecimento da necessidade de mudança de percepção e de pensamento infelizmente ainda não atingiu a maioria dos líderes de corporações, administradores, professores e nem mesmo outros componentes da sociedade.

Ultimamente tem havido inúmeras discussões em torno do atual modelo de desenvolvimento adotado pelas sociedades capitalistas, que se baseia na exploração dos recursos naturais (como se eles fossem infinitos), mantendo elevado nível de produção e, no entanto, um crescente aumento no fator degradação. Tais constatações impõem a necessidade de adoção de um novo modelo de desenvolvimento, capaz de garantir ao homem o direito à vida e a perpetuação de sua própria espécie, ou seja, um desenvolvimento que dê sustentabilidade a todos os povos, que seja orientado para a satisfação das necessidades humanas ultrapassando a racionalidade econômica atual. Um desenvolvimento que seja simplesmente sustentável.

Em Primack & Rodrigues (2001), encontramos uma discussão em torno desta problemática. Estes afirmam que o que é ruim para a diversidade biológica será, quase com certeza, ruim para a espécie humana. Tal situação tem levado um número cada vez maior de pessoas a se preocupar com a proteção e conservação do ambiente natural e da biodiversidade. Para o autor acima citado o termo conservação é relativamente novo, havendo poucas definições para tal. De acordo com Diegues (2000), a conservação é freqüentemente definida somente em seus aspectos técnicos e científicos, sem inseri-la nas teorias mais amplas relativas aos estudos das relações entre os humanos e a natureza. A organização WWF define conservação como:

“o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com a finalidade de garantir a sustentabilidade desse uso. Inclui também a proteção, manutenção, reabilitação, reestruturação e melhoramento de populações e ecossistemas” (Diegues, 2000, p. 02).

Outro conceito para o termo conservação é descrito pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação que define conservação como:

“Manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”, (Projeto de Lei 2.892/1992).

Pensar em conservação ambiental é repensar os modelos de desenvolvimento implantados em vários países, principalmente na América Latina. No Brasil, o modelo de desenvolvimento implantado no pós-guerra provocou efeitos destrutivos sobre os sistemas naturais e sobre a sociedade, obrigando os governos federal, estadual e municipal a criarem leis que regulamentam a exploração dos recursos naturais e outras formas de relação do homem com o meio em que vive.

A ciência moderna, de acordo com Brondízio & Neves (1996), nas últimas décadas partiu em busca desesperada por modelos de desenvolvimento auto-sustentado, forçando gestores e planejadores públicos a reconhecer que sociedades diferentes das suas, milenar ou secularmente assentadas nesses ecossistemas, desenvolveram práticas de ocupação do espaço e de captação de recursos naturais que poderiam ser relevantes no planejamento de ocupação regional.

As formas de utilização dos recursos naturais por populações tradicionais garantem a sobrevivência sustentável de suas comunidades, mantendo uma harmonia entre os povos e o ambiente local e a conservação da diversidade biológica e cultural. Esta sustentabilidade é garantida pela adaptação destas populações em seu ambiente. “A adaptabilidade é o aspecto que mais contribui para o sucesso das populações de Comunidades Tradicionais” Ibid. Sobre isso os autores afirmam que:

“Mantendo sempre sua sustentabilidade econômica com base no extrativismo vegetal e animal, e no cultivo de coivara, as populações caboclas conseguiram, ao longo da história, identificar nichos que se abriram no mercado regional, mantendo-se inseridos na sociedade nacional, ainda que de maneira discreta, mantêm-se com relação a ela uma independência invejável”, (Brondízio e Neves 1996, p. 169).

Os mecanismos de adaptação dos povos tradicionais em diferentes ambientes são exemplos para modelos de conservação ambiental. Muitas das formas de conservação da natureza implantadas por governantes e outras entidades não têm demonstrado resultados significativos, uma vez que deixa de lado inúmeros atores que desempenham papel importante na discussão de temáticas voltadas para a conservação da natureza. Dentre esses atores estão os povos integrantes de comunidades que há anos aprenderam a interagir com o ambiente em que vivem num processo de saber local que de acordo com Geertz (1997), é passado para as gerações futuras, oralmente ou por meio de observações do cotidiano.

Para Posey (1996) os povos tradicionais possuem uma vasta experiência na utilização e conservação da diversidade biológica e ecológica. A conservação dessa diversidade depende do reconhecimento por parte de toda a sociedade de que ecossistemas vivos e saudáveis possuem mais valores do que aqueles improdutivos e degradados. Para o autor os povos tradicionais podem ensinar-nos a valorizar e conservar os recursos naturais, mas para isso é necessário que suas culturas sobrevivam.

Diante disso, há que se pensar num modelo de conservação que não torne o ambiente natural um “paraíso desabitado”² e sim um ambiente onde toda a diversidade biológica, inclusive o homem, possa manter-se em equilíbrio dinâmico, garantindo uma vida saudável ao Planeta e conseqüentemente à humanidade.

2.2. Diversidade Cultural e Conhecimento Tradicional

“Viver uma cultura é conviver com e dentro de um tecido de que somos e criamos, ao mesmo tempo, os fios, o pano, as cores, o desenho do bordado e o tecelão”. (Brandão, 2002, p. 24).

O Brasil apresenta uma extensa variedade de modos de vida e culturas diferenciadas que podem ser consideradas tradicionais. Para Diegues (1996), as populações e culturas tradicionais não indígenas, geralmente são consideradas camponesas e são frutos de intensa miscigenação. Dentre elas estão os caiçaras, os varjeiros, pantaneiros, pescadores. Como garantia de sobrevivência nesses ambientes (na maioria isolados geograficamente), essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais e um profundo conhecimento dos ciclos biológicos, dos recursos naturais, simbologias e mitos. Além dessas relações, as populações tradicionais interagem em grupos humanos formando comunidades, denominadas por diversos teóricos de Comunidades Tradicionais.

Conceituar “Comunidades Tradicionais” tem sido tarefa difícil para muitos pesquisadores. Colchester (2000) afirma que não existe definição universalmente aceita de quem são as comunidades tradicionais. Internacionalmente o termo é usado para designar

² “Paraíso desabitado” é um termo utilizado por Antonio Carlos Diegues

grupos étnicos distintos que têm uma identidade diferente da nacional, retiram sua subsistência do uso dos recursos naturais e não são politicamente dominantes.

Outro conceito para comunidade tradicional é enunciado pelo Banco Mundial onde afirma que “as comunidades tradicionais são grupos sociais cuja identidade social e cultural é distinta da sociedade dominante” (Banco Mundial, 1990 apud Colchester, 2000). Essas comunidades são constituídas por uma população tradicional de características próprias, detentora de um profundo conhecimento do ambiente local. Este conhecimento, também denominado tradicional, é construído através da necessidade de adaptação e sobrevivência dessa população ao ambiente em que vivem.

Cândido (2001, p. 46) corrobora com essas discussões quando afirma que “a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais”. Para o referido citado este conhecimento garante um equilíbrio tanto aos povos tradicionais quanto ao ambiente em que vivem.

Conforme Ferreira (1995), o saber dos povos tradicionais se caracteriza pela maneira de interagir com o ambiente em que vivem. Para manter-se inseridos no sistema e mantê-lo ao longo do tempo exigiu-se desses povos adquirirem experiências e transformá-la em saber que se manifesta através das técnicas de trabalhar a terra, de manejar a vegetação e os animais. Nesse sentido Freire (2001) descreve que na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes.

Este conhecimento, denominado tradicional por Diegues (2000), pode ser definido como o saber e o saber fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial transmitida oralmente de geração em geração. Sua interpretação se dá por intermédio dos aspectos culturais de cada povo através da oralidade, o que o torna diferente do conhecimento científico que é interpretado por meio da linguagem escrita. Para este mesmo autor, as populações tradicionais, além de conviverem com a biodiversidade, nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas categorias e nomes. Esses povos não vêem a natureza como selvagem e sim como algo que possa ser domesticada e manipulada, é um conjunto de seres vivos que possui um valor de uso e um valor simbólico, participando do mundo natural e cultural.

Posey (1996) contribui com essa discussão afirmando que o conhecimento tradicional é um sistema integrado de crenças e práticas características de diferentes grupos culturais.

Esses grupos, além de relacionarem com o ambiente em geral, possuem um conhecimento especializado sobre clima, solos, cultivo, animais, vegetais e rituais.

Esta relação é discutida por Guarim (1995), onde afirma que as comunidades tradicionais desenvolveram ao longo do tempo uma estreita relação com o seu ambiente. Esta relação decorreu da necessidade de adaptação em resposta à exigência ambiental como garantia de sobrevivência desses povos. Bortolotto (1999) afirma que o conhecimento que os povos tradicionais possuem sobre as espécies da fauna e flora e o manejo dos recursos naturais são importantes para garantir sua sobrevivência. Como forma de manter esse conhecimento as comunidades tradicionais têm se preocupado em transmiti-lo a seus descendentes, num processo de educação informal, como manutenção das características culturais e conseqüentemente a conservação dos recursos naturais. Begossi et. al. (2002) sustentam essas informações afirmando que tanto a transmissão genética como a cultural são bases do comportamento humano, ocorrendo antes do nascimento e durante o desenvolvimento do indivíduo, respectivamente.

Para estudar os mecanismos de transmissão cultural do conhecimento e o modo de vida de diversas populações em diversos ambientes vislumbra-se a necessidade de uma ciência que promova uma ligação entre as ciências naturais e sociais. Com isso surge a etnobiologia que de acordo com Begossi et. al. (2002) busca entender os processos de conhecimento e de interação das populações humanas com os recursos naturais.

Para estes autores a etnobiologia traz informações sobre o conhecimento ambiental das populações, contribuindo com técnicas de conservação, bem como auxiliando no conhecimento biológico sobre os organismos e suas interações. Além de estudar os processos de interação das populações humanas com o ambiente natural, contribui para esclarecer diferenças culturais e analisar a diversidade ou heterogeneidade cultural.

De acordo com Brondízio & Neves (1996) no Brasil, durante muito tempo, os estudos sobre o etnoconhecimento concentram-se em comunidades indígenas. Há poucos estudos sobre comunidades tradicionais não indígenas e não se tem noção da gama de conhecimento que estas populações são detentoras.

Estudar o conhecimento, a utilização dos recursos naturais e os meios de transmissão deste conhecimento por diferentes grupos sociais são importantes para compreender a interação dessas populações entre si, com o ambiente em que vivem e ainda o processo educativo ali instalado. Estes estudos possibilitam promover discussões em torno de modelos

de exploração dos recursos naturais que sejam minimamente degradante e altamente sustentáveis.

Segundo Guarim Neto *et. al* (1999), o estudo da temática ambiental deve ser contínuo e centralizado no educando, com respeito a sua cultura. A educação deve produzir uma reflexão baseada nas experiências da realidade, contribuindo para fortalecer a prática de conhecimentos vivenciados. A essência do ato educativo é o acontecer dinâmico das lutas cotidianas. “O processo pedagógico é esse caminhar cotidiano que busca, promove e fomenta a vida” (Gutiérrez, 2000 p.97). O resultado desse aprendizado precisa ser levado em consideração nos modelos de desenvolvimento, pois são carregados de experiências vividas e contribuem na compreensão do ambiente, podendo servir de instrumentos nas discussões e possíveis soluções para os problemas atuais.

2.3. O processo educativo em Comunidades Tradicionais

Nas Comunidades Tradicionais o conhecimento de que necessitam para sobreviverem e conviverem no ambiente provém das práticas cotidianas e das relações sociais estabelecidas entre os grupos, onde criam e recriam formas diferenciadas de adaptação no ambiente. No entanto, as transformações do mundo moderno e a pressão do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil levaram esses povos a adquirir conhecimentos gerados em espaços escolarizados a fim de que possam reconhecer seus direitos e buscar alternativas para os problemas até então desconhecidos pela comunidade.

Sobre o processo educativo em comunidades tradicionais, Reis (1995) afirma que a escola é o local adequado para a tomada de consciência da existência dos problemas ambientais, devendo valorizar o saber de populações tradicionais, utilizando esse saber para permear o currículo tradicional nas escolas. Nesta perspectiva Gadotti (1995) comenta que “o professor precisa reordenar esse saber e o seu próprio elucidando-o, tornando-o coerente. Deve cuidar para que esse saber mantenha uma ligação com as experiências dos alunos”. Ainda sobre este assunto Paulo Freire (2001) comenta que “respeitar o saber popular implica respeitar o contexto cultural de cada povo”.

Para Giesta (2001) grande parte da população brasileira anseia por dias melhores, maior participação nas tomadas de decisões e no mercado de trabalho. No entanto, a escola atual

ainda não está preparada para atender a todos os anseios da população. Sobre este assunto a autora diz:

“Ao discutir e atuar na educação escolarizada não se pode deixar de considerar que o sistema educativo passou, dada a política de expansão escolar, de um ensino de elite para um ensino de massa, mais flexível ao acesso, mas incapaz de assegurar em todas as etapas, um trabalho adequado às características e interesses dos alunos” (Giesta 2001 s.n.p.).

Muitas vezes a educação escolar não tem respeitado o saber de povos tradicionais e conseqüentemente sua cultura. Este modelo de educação surgiu como mecanismo de domínio de povos e posteriormente como mecanismo de sustentação do sistema capitalista. Com o avanço do capitalismo a tarefa da escola torna-se ainda mais específica e é muitas vezes contestada por grande parte da população e por estudiosos, uma vez que ela atende o interesse das classes dominantes e reproduz as mazelas sociais. Bourdieu (1999) destaca a influência da escola na sociedade. Para ele, a escola exerce uma violência simbólica quando com suas práticas reproduz a cultura dominante, sustentada por uma prática pedagógica padronizada ignorando as diferenças sociais, culturais e econômicas. O fazer pedagógico no ensino formal não leva em conta o interesse do aluno, a menos que este esteja em consonância com os sistemas de classes dominantes. Brandão (2002) argumenta que o ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia, criando situações próprias para o seu exercício. Neste modelo de aprendizado a educação tem objetivos, regras e público definido. Há uma intenção previamente estabelecida. Sendo esta (a intencionalidade) algo marcante na educação formal.

Sobre a educação formal Ribeiro & Ribeiro (2003, p. 156) destacam que:

“... a educação escolar e os sistemas formais de ensino procuram homogeneizar os valores, a cultura, os métodos e os conteúdos de ensino de modo que desrespeitam as particularidades culturais, as alteridades, as diferenças de tempo/espço e os ritmos de aprendizagem, conseqüentemente, desconsidera todas as formas de aprendizagem e educação transmitidas pela família e que leva em consideração os costumes, as tradições, as festas religiosas, as brincadeiras, as histórias de vida e tantas outras formas de construir um saber”.

Crespo (1998) discorre sobre educação no sentido geral. Para o autor a função social da educação divide-se em duas principais correntes. A primeira é a que vê a educação como transmissão, ensino de conteúdos sistematizados ao longo de gerações, onde tem como objetivo principal a formação de cidadãos preparados para lidar com o sistema sócio-cultural e econômico onde se inserem. A segunda corrente entende a educação como aquisição de um sistema amplo e dinâmico de conhecimentos que não são adquiridos exclusivamente através da escola, ou pela grade curricular do chamado ensino formal, e visa formar indivíduos críticos, capazes de entender o mundo e a cultura onde vivem orientando suas atitudes por um padrão ético e por uma inteligência questionadora.

O autor comenta que ambas as correntes receberam críticas:

“A primeira por seus claros compromissos com a reprodução e conservação dos valores do sistema vigente, além de vínculo direto com o sistema produtivo. A segunda por descolar-se da realidade de uma sociedade de massa e por ser orientado por uma concepção elitista da educação” (Crespo, 1998, s.n.p.).

Diante dessas considerações, a escola precisa estar atenta para as mudanças que estão ocorrendo no mundo e assim promover uma educação de qualidade. Não pode ignorar os avanços tecnológicos e a alta competitividade do mercado mundial e ao mesmo tempo não pode permitir a padronização das culturas nem a capacidade criativa dos indivíduos.

Sobre o papel do ensino formal Monteiro (2002) afirma que a educação escolarizada precisa desenvolver conteúdos que proporcionem o conhecimento levando em conta o domínio da humanidade sobre a natureza e as relações sociais estabelecidas. Assim, ela acontece vinculada às necessidades concretas de grupos sociais com suas atividades produtivas, levando os indivíduos ao domínio de conhecimento e de habilidades na busca de transformações socioeconômicas.

Para uma população dita tradicional, a escola ocupa um lugar importante em seu plano de vida, onde se esforça para manter seus filhos com a intenção de que terão melhor qualidade de vida. Para os membros de uma comunidade tradicional o estudo dos filhos significa livrá-los das dificuldades da zona rural. Educação para esses povos não é a mesma coisa que ter estudo. Para eles, a educação é o aprendizado que adquirem na vivência do dia-a-dia com os pais ou com os mais velhos, estando relacionada ao comportamento moral (respeito), dedicação ao trabalho e a família. Ter estudo significa conhecer as “técnicas” de viver na

cidade, aprender uma profissão e usufruir as regalias de uma vida moderna. Os livros didáticos estão carregados de informações que divergem desse pensamento. Trazem a vida no campo como uma vida saudável e feliz, “o homem do campo é feliz com a vida campestre, em contato com a natureza, não apresentando nenhuma espécie de problema mais sério” (Deiró, 1978 apud Ferreira, 1995).

Diante dessas considerações percebemos que a educação formal não é o único método de aquisição e socialização de conhecimento nos diferentes grupos sociais. O conhecimento de um povo está relacionado ao contexto cultural em que vive. Nesta perspectiva Artunduaga (1998), afirma que a educação é a forma privilegiada de transmitir, conservar, reproduzir e construir a cultura.

Esse pensamento é reforçado por Brandão (2002) afirmando que não existe uma forma única nem um único modelo de educação e ela pode ocorrer em diversos lugares: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades, em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados. A educação pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença. É uma fração do modelo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam em sua sociedade. Para este autor os modos de vida, idéias, formas de saber e de pensar não refletem apenas o efeito de posições e relações de classes ou categorias, mas a seu modo, um modo de poder. O autor ainda afirma que os processos culturais de reprodução do saber são uma modalidade e um instrumento de realização do poder que sustenta a teia de relações estabelecidas em diversas sociedades.

Cada grupo humano conta com os mecanismos básicos para educar seus membros dentro de maneiras próprias que lhe garante a sociedade os elementos necessários para construir seu dever histórico no contexto de seu projeto de homem e de sociedade.

Nos grupos étnicos a educação corresponde a processos endógenos de formação e socialização, de acordo com as características culturais, sociais, políticas e econômicas. Os processos etnoeducativos devem unir suas raízes na cultura de cada povo de acordo com os padrões e mecanismos de socialização de cada um em particular.

Sendo assim o processo educativo nas comunidades tradicionais não se pauta apenas às atividades formais de ensino, mas também às atividades do cotidiano da população, proporcionadas pela própria família ou pelos componentes da comunidade num processo de aprendizagem que se realiza ao longo da vida. Este tipo de educação é denominado informal

por Gohn (2001), a qual afirma que a referida educação decorre de processos espontâneos ou naturais no decurso de vida dos indivíduos, tendo um carácter permanente.

Para Lima (2004) a valorização e a difusão deste saber perpassarão por uma questão de respeito à diversidade cultural. Para esse autor, o diálogo entre os grupos sociais torna-se relevante para discutir as questões de trabalho e as condições de vida no exercício da cidadania e da manutenção do saber.

Diante disso podemos pensar a educação como um processo de complementação e humanização do ser humano que se dá ao longo da vida, em espaços não escolarizados, ocorrendo em casa, na rua, no trabalho, na igreja, na escola e de muitos modos diferentes. É uma prática social anterior a escola que tem por finalidade o desenvolvimento de habilidades existentes no ser humano de acordo com sua cultura.

A educação como mecanismo que leva o indivíduo a mudança de atitudes, remete-nos a refletir sobre conceitos de Educação Ambiental que prepara o indivíduo para tais mudanças em relação ao meio ambiente ou conceitos que se caracterizam por ensinar regras ambientais. Compreendemos, no entanto, que a Educação Ambiental deve ir além das mudanças de atitudes, promovendo a formação da consciência, contemplando aspectos de ética e cidadania. A formação da consciência cidadã poderá levar o indivíduo a mudanças.

Entendendo a educação enquanto processo de humanização, chegamos a conclusão que não só a família e organizações mas também a escola pode formar cidadãos livres, conscientes do seu papel social e capazes de promover as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. No entanto, se compreendermos educação enquanto resultado de um sistema institucionalizado deixaremos de formar cidadãos e reproduziremos os problemas sociais, perdendo a escola o seu valor.

Pensar em Educação Ambiental como formação da cidadania é preparar o indivíduo para conhecer seus direitos civis, políticos e sociais e assim, pensar uma nova forma de encarar a relação entre os seres humanos e destes com a natureza. Esta nova relação pressupõe novos valores humanos, centrados na ética e no respeito às diversidades biológicas e culturais. Neste sentido é importante observarmos o que diz o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:

“A educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana

e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário”. (Leonardi, 1999, p.399)

Para a concretização desta nova ordem é necessário o envolvimento de toda a sociedade e de todas as formas de ensino (formal não-formal e informal). A escola, enquanto promotora da educação formal pode e deve encarar este desafio.

A interdisciplinaridade é um componente importante para se trabalhar a educação ambiental, pois parte do diálogo entre as disciplinas, possibilitando aos educadores e educandos uma ampla compreensão dos problemas ambientais. “Temos que reorientar nossos objetivos, bem como reinventar a forma de fazer educação, criando assim, uma escola que lance sementes daquilo que denomino de educação para a vida” (Barcelos, 2003).

A educação ambiental deve ser utilizada em todos os segmentos da sociedade como instrumento de discussão de temáticas ambientais, dos modelos de desenvolvimento e conservação dos recursos naturais, embora muitas vezes o termo educação ambiental tem sido utilizado erradamente, separado do processo chamado educação, como se existisse uma educação que fosse ambiental e outra simplesmente educação.

Sato (2003) expõe que as primeiras definições para a Educação Ambiental limitavam-se aos aspectos de conservação dos sistemas de vida, com uma ênfase exagerada aos aspectos ecológicos, observados até os dias atuais. O termo Educação Ambiental tem sido utilizado de diversas formas por diversos segmentos da sociedade e em diferentes momentos. Talvez não tenhamos e nem seja possível ter um conceito único para a Educação Ambiental. Ela pode estar presente nos aspectos econômicos, na saúde, trabalho. Pode estar inserida nas ciências sociais, naturais, exatas... Assim como a Educação, a Educação Ambiental pode ocorrer em todo lugar, no cotidiano das pessoas, na escola, na igreja, no ambiente de trabalho, na família. Pode ser promovida intencionalmente por escolas, ONGs ou outras organizações. Deve ser trabalhada por diferentes atores em diferentes lugares. Portanto, todos os saberes são necessários para promover a Educação Ambiental e todos os profissionais devem praticá-la.

Para Reigota (1996) a Educação Ambiental é uma filosofia da educação que tem por objeto a formação do cidadão, visando não só a utilização racional dos recursos naturais, mas também a participação nas tomadas de decisões. Deve procurar estabelecer uma aliança entre

a humanidade e a natureza, tendo como base o diálogo entre gerações e culturas, estimulando a ética nas relações econômicas, políticas e sociais.

Guarim Neto (2001) aponta a Educação Ambiental como um instrumento para se ter uma educação para o ambiente com fortes indicadores para a introdução do conhecimento manifesto através do saber não escolarizado em um ambiente escolarizado. Para o autor nos espaços não-escolarizados as relações se manifestam em uma adaptabilidade que mostra a importância da manutenção dos valores ancestrais:

“Nesses espaços de vivência e de pluralidade de experimentações, impregna-se um saber próprio que define, em muitos casos, entre as comunidades humanas inseridas nesse ambiente, características biorregionais de fundamental importância para a manutenção das relações ecológicas, educativas, sociais, econômicas e culturais” (Guarim Neto, 2001, p.341).

Diante dessa abordagem a Educação Ambiental não escolarizada pode servir de instrumento para a discussão ambiental em espaços escolarizados. Ruscheinsky (2004) afirma que este modelo de Educação Ambiental possui todas as virtudes que apontem para uma maior abertura à sociedade civil, sem o rigor das formalidades, transformando-se na mediação do discurso socioambiental brasileiro.

Dessa forma, educação e meio ambiente se fundem, fundamentando um processo educativo, o qual é gradativo e mostra caminhos a percorrer, situações a enfrentar e desafios a vencer, dentro dos limites e possibilidades de cada ser humano, fora ou dentro da própria escola. Uma relação educativa para a vida, em uma dimensão cósmica, transcendental.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

“Estudar culturalmente um outro indivíduo, grupo ou população, significa também tornar-se mais consciente de si mesmo enquanto postura e forma de vivenciar o mundo”
(Viertler, 2002, p.12).

3.1. Os caminhos da pesquisa

O interesse na realização desta pesquisa se deu a partir de uma longa convivência com os moradores da Comunidade dos Retireiros do Araguaia. Esta convivência teve início em 1998 quando fui morar na cidade de Luciara, município onde se localiza a referida Comunidade, à margem esquerda do Rio Araguaia, Região Norte - Araguaia do Estado de Mato Grosso. Região esta historicamente caracterizada por uma forte tensão social e cultural em virtude de freqüentes conflitos agrários entre grupos indígenas, posseiros e latifundiários.

As peculiaridades dessa região e da população retireira, em especial, motivaram acadêmicos de Geografia e História da Universidade do Estado de Mato Grosso, a realizarem seus trabalhos de conclusão de curso abordando aspectos das relações sociais ali estabelecidas. Embora esses trabalhos tenham uma consistência científica e serviram de base teórica para outras produções, não trazem informações profundas sobre o saber ambiental e, inclusive o processo educativo ali estabelecido. Dessa forma surgiram várias inferências a serem investigadas resultando em produções científicas sobre a região.

Durante cinco anos participei ativamente da vida desta comunidade, observando e vivenciando as formas de relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os membros da comunidade, entre estes e o meio físico, natural e sobrenatural, bem como os mecanismos de sobrevivência neste ambiente, aparentemente “marginal” aos padrões habituais.

A relação ali estabelecida, aparentemente caracterizada por uma forte dependência, tanto da população entre si, quanto dos recursos disponíveis levou-me a indagações que manifestaram o desejo de compreender o modo de vida desta população.

Junto a esses fatores despertou-me interesse também a gama de conhecimentos manifestados pela população nas relações diárias. Conhecimento estes manifestados pelo saber sobre a fauna, flora, o ambiente físico e a relação destes com um saber sobrenatural caracterizado por mitos e crendices, que contribuem para a sobrevivência da população e a conservação dos recursos naturais.

No decorrer dos anos de convivência e em favor da forte relação estabelecida com a população, procurei registrar as informações obtidas nas conversas informais, nas atividades desenvolvidas e nas observações das atividades do cotidiano. Inicialmente com a intenção apenas de escrever um artigo científico. Intenção que culminou na realização desta pesquisa para a Dissertação de Mestrado.

Já com a intenção de realizar a pesquisa para a Dissertação de Mestrado, deu-se início o estabelecimento de mecanismos para a coleta de dados que pudessem garantir uma melhor qualidade ao trabalho e consistência dos dados.

Inicialmente foram escolhidos intencionalmente cinco dos retireiros mais antigos da Comunidade com os quais realizou-se as primeiras entrevistas. Posteriormente, seguindo os mesmos critérios foram escolhidas pessoas mais jovens que desenvolviam a atividade, totalizando 10 entrevistados. As mulheres não foram entrevistadas por não serem consideradas “retireiras” e não terem uma vida freqüente nos retiros, embora desempenhem, dentre outros, um papel importante para a população da comunidade que é garantir a proteção e educação dos filhos que permanecem grande parte do tempo vivendo na cidade.

As entrevistas parcialmente estruturadas, realizadas com os dez retireiros previamente selecionados, foram acompanhadas de conversas informais e observações das atividades desenvolvidas por membros da comunidade. Estas entrevistas tiveram o intuito de verificar as relações sociais, econômicas e culturais ali estabelecidas, o saber tradicional sobre o ambiente físico e natural, bem como o processo educativo instalado na Comunidade especialmente a educação ocorrida nos espaços não escolarizados, como define Ruscheinsky (2004).

As entrevistas foram realizadas individualmente, nas casas dos retireiros, com o auxílio de gravador, enquanto que as conversas informais e as observações se deram, geralmente durante a realização de atividades na comunidade como em pescarias, na praia, em festas e entre familiares nas visitas às casas.

Para a entrevista elaborou-se um roteiro de perguntas semi-estruturadas (Anexo 01). As perguntas fechadas procuraram traçar o perfil dos entrevistados: nome, origem, idade, escolaridade e tempo de moradia. As questões abertas eram em forma de tópicos e procuraram

obter informações a respeito do conhecimento sobre a flora fauna, ambiente físico, fenômenos naturais, educação escolar e sobre o futuro da população. Com as entrevistas foi possível também adquirir informações sobre o percurso de vida dos retireiros, sua história, dificuldades, alegrias e relações sociais.

Além das entrevistas foram registradas informações consideradas importantes, tanto de conversas informais quanto de observações realizadas por mim, do cotidiano da população ou durante visitas à comunidade.

Diante dessas informações percebeu-se que a coleta de dados não teve um momento único e sim um percurso, embora houvesse momentos de maior intensidade na aquisição das informações. Esses momentos de maior intensidade aconteceram em julho de 2003 e janeiro e julho de 2004, períodos em que realizei entrevistas com as pessoas escolhidas e visitas intencionais na comunidade.

Para ilustrar as informações obtidas foram feitos registros fotográficos de diversos aspectos do ambiente local e de atividades que pudessem manifestar o modo de vida da população, suas relações ambientais e educativas.

1.1. Metodologia

Como já afirmamos anteriormente, o Brasil é um país rico em diversidade biológica e cultural. Diferentes povos em diferentes ambientes adquiriram modos de vida particulares que garantem a sustentabilidade dos povos e do ambiente natural. Conhecer esses diferentes modos de vida é importante para a sociedade urbano-industrial, que procura neste momento saída para os diversos problemas ambientais da era moderna, podendo estar no conhecimento dos grupos étnicos a solução para tal.

Segundo Viertler (2002), estudar a cultura de seres humanos constitui tarefa que requer cuidados especiais por parte do pesquisador. Deve-se despir de rejeições a diferenças culturais e ter o cuidado de não dar interpretações e significados de sua própria cultura.

O etnopsiquisador necessita especializar-se em várias técnicas de pesquisa, adotando-as de acordo com seu público ou situação. As técnicas de pesquisa qualitativa são imprescindíveis em pesquisas com comunidades humanas, embora possam ser complementadas com informações quantitativas, enriquecendo o trabalho.

A presente pesquisa é do tipo etnográfica baseada nos pressupostos metodológicos de Bogdan & Biklen (1994). Os referidos autores entendem por etnografia a tentativa de descrição da cultura ou de determinado aspecto dela. Para estes autores, a etnografia é bem sucedida quando consegue ensinar aos leitores o modo de comportamento adequado em diferentes contextos culturais.

Outro conceito de pesquisa etnográfica é descrito por André (1995), onde afirma que este método de pesquisa é um esquema desenvolvido por antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”.

Para Geertz (1997), a etnografia consiste numa descrição profunda dos aspectos culturais. Nesta perspectiva o etnógrafo ao examinar uma cultura depara-se com uma série de interpretações da vida e do senso comum. Diante disso o etnógrafo tem por objetivo apreender os significados que os membros da cultura têm como dados adquiridos e posteriormente apresentar o significado às pessoas exteriores à cultura. Para este autor não é necessário ser um nativo para conhecê-lo. O pesquisador deve-se “nadar na corrente de suas experiências” (Geertz, 1997, p. 89).

A convivência estabelecida entre o pesquisador e a comunidade ao longo dos anos, bem como o critério de seleção dos informantes, considerando os mais antigos e os mais jovens, foi fator importante para a coleta de dados durante a pesquisa.

Para a coleta de dados utilizou-se como técnicas de pesquisa a observação participante, onde o pesquisador vivencia as diversas atividades do pesquisado, e a técnica da entrevista na qual permite ao pesquisador fazer o registro das informações adequando a cada entrevistado e situação. Os entrevistados foram escolhidos por meio de amostras intencionais, que de acordo com Thiollent (2000) trata-se de um número pequeno de pessoas escolhidas pelo pesquisador em função de sua influência na comunidade, podendo suas informações ser mais consistentes e garantir uma melhor qualidade para a pesquisa.

As entrevistas, de acordo com Viertler (2002) podem ser organizadas de várias formas: estruturadas, parcialmente estruturadas e não-estruturadas. Nesta pesquisa utilizou-se a entrevista parcialmente estruturada, pois ao mesmo tempo em que deixa o entrevistado à vontade para suas argumentações permite flexibilidade ao pesquisador em direcionar os tópicos anteriormente elaborados.

O registro das informações ocorreu por meio de gravador, onde o pesquisador grava a fala do entrevistado para posterior transcrição e por meio de caderno de campo onde, além das

falas o pesquisador registra as conversas informais e os acontecimentos vivenciados durante as observações.

As análises de dados foram realizadas no decorrer da pesquisa baseadas nos pressupostos teóricos de autores que desenvolveram trabalhos com comunidades semelhantes em diversas regiões do Brasil. Entre esses autores destacam-se Marques (2001) que realizou estudos sobre a população de brejeiros e sua relação com o ambiente local no Estado de Alagoas; Furtado (1993 e 1987) com estudos realizados com pescadores do Rio Amazonas e do litoral paraense (ambos no Estado do Pará); Silva e Silva (1995) com estudos sobre a população pantaneira matogrossense; Em Mato Grosso também há os trabalhos realizados por Guarim (2000), Silva (2002); Lima (2004); Bortolotto e Guarim Neto (1998). Contribuíram para reflexões sobre a diversidade sócio-cultural os autores Diegues (2000), Posey (1996) e Primack & Rodrigues (2001).

Dados sobre o processo educativo entre a população retireira, o conhecimento tradicional e sistematizado, bem como sua relação com o ambiente natural, foram cuidadosamente analisados, sendo esta análise sustentada por teóricos como Freire (1992), Gadotti (1995), Gohn (2001), Ribeiro e Ribeiro (2003), Ruscheinsky (2004) dentre outros. Esses autores descrevem processos que garantem a compreensão da socialização de conhecimentos em agrupamentos humanos, principalmente aquelas populações excluídas do processo educativo formal caracterizando assim como um processo de educação não escolarizada.

CAPÍTULO I

1. O ESPAÇO DE VIVÊNCIA E OS ATORES SOCIAIS ESTUDADOS

“Aqui é o nosso lugar. Se tirar nós daqui como é que vamo viver?” (R. S. 40, retireiro)

1.1. A Região Norte-Araguaia do Estado de Mato Grosso

A Região Norte-Araguaia do Estado de Mato Grosso compreende uma área entre os rios Xingu e Araguaia localizada no extremo nordeste do Estado (figura 1). Apresenta um baixo índice populacional, ocasionado pelo isolamento geográfico e por conflitos sociais que viveu a região.



Figura 1. Região Norte-Araguaia-MT

Fonte: SEPLAN-MT

Para Soares (2004) as tentativas oficiais de estabelecer o povoamento não-indígena no Vale do Araguaia remonta ao império. No século XIX o governo Imperial e os presidentes das províncias de Goiás e Mato Grosso, empenharam esforços no sentido de instituir um povoamento não-indígena nas margens dos rios Araguaia e Tocantins. Para tanto construíram vários presídios e colégios ao longo dos referidos rios e também incentivaram a entrada de ordens religiosas para catequizar as sociedades indígenas e garantir o povoamento não-indígena desta região.

Estas ações não foram muito eficazes, e até o final do século XIX a parte nordeste do estado de Mato Grosso era território dominante das sociedades indígenas Kaiapó, Xavante, Karajá e Tapirapé. Esta região só começou a ser povoada por não-indígenas no final da segunda metade do século XIX.

Um fator que influenciou o povoamento da região Norte - Araguaia do Estado de Mato Grosso foi a queda na produção da borracha a partir do início do século XX. Ianni (1978) afirma que este fato possibilitou uma nova organização na economia dos povoados da região sul do Pará que se formaram a partir do mercado da borracha, passando parte da população a dedicar-se a atividades agrícolas, pecuárias, de caça, pesca ou outras. Garimpos do leste matogrossense também atraíram boa parte dessa população que subiram o rio Araguaia e foram para esta região em busca de trabalho.

No entanto, Soares (2004) afirma que nem todos os povoados do sul do Pará viviam em torno da economia da borracha. A economia principal dos povoados mais ao sul do estado era a pecuária extensiva de subsistência.

Ele relata que os primeiros povoados não-indígenas da região nordeste do Estado de Mato Grosso foram constituídos nas margens do Araguaia, a partir das primeiras décadas do século XX. A população destes povoados é procedente do sul do estado do Pará e norte do estado de Goiás (hoje Tocantins) e veio a procura de pastagens nativas para o desenvolvimento da pecuária extensiva:

“A vinda desta população está intimamente ligada à busca de novas áreas para criação da pecuária. Existem atualmente na região várias famílias tradicionais que criam gado nas margens do rio Araguaia nas áreas denominadas “varjões”, onde o gado vive solto e as terras não têm cercas, prática utilizada nos povoados do sul do Pará. Os motivos que levam as pessoas a ingressarem nestes deslocamentos para outra região, são os mais diversos, não só as precárias condições econômicas, mas as dimensões míticas e simbólicas presentes no imaginário dessa população”. (Soares, 2004, p.114).

As relações interétnicas entre esses povos e as sociedades indígenas que habitavam (e ainda habitam) a região (Kaiapó, Karajá, Tapirapé e Xavante), foram (e são) marcadas por conflitos, alianças e outras correlações de poder estabelecidas ao longo do processo de povoamento não-indígenas da região do Vale do Araguaia em Mato Grosso.

A região, isolada geograficamente, passa por modificações lentas ao longo da primeira metade do século XX. A partir da década de 1960, com a chegada das grandes empresas institui-se uma nova prática de demarcação do espaço. Começa então um novo ciclo do povoamento da região, agora marcado por constantes conflitos de terras, ora pela permanência, ora pela posse e se estendem (em menor proporção) até os dias atuais.

Reconhecida internacionalmente pelos conflitos sociais durante o regime militar e pela atuação da igreja católica (Prelazia de São Félix do Araguaia), a região atualmente procura se destacar no cenário nacional com suas características ambientais e culturais.

Suas belezas naturais, caracterizadas pelo Rio Araguaia e seus afluentes com uma rica ictiofauna, pelo cerrado com sua riqueza de fauna e flora, bem como as diferentes etnias (Xavante, Karajá e Tapirapé), são atrativos para o turismo na região.

Outro cenário que a região vem se destacando é na agricultura. A região que historicamente viveu da pecuária e da pequena agricultura, hoje desperta para a monocultura de soja e mamona, fato que tem promovido grandes debates na região, em decorrência do agravo ambiental e cultural que o modelo de agricultura implantado pode proporcionar ao ambiente local e às populações tradicionais (indígenas e não-indígenas).

A falta de infraestrutura nas cidades da região como falta de estradas e energia elétrica contribuiu para o seu isolamento e retardo no “desenvolvimento”. Os constantes conflitos pela posse da terra entre fazendeiros, posseiros e indígenas também foram fatores que desestimularam a entrada de pessoas de outras regiões. Os conflitos na região Norte – Araguaia foram descritos por diversos autores, dentre eles destacam-se Esterci (1987), que relata os conflitos ocorridos pela posse da terra no município de Santa Terezinha - MT e Ianni (1978) que discorre sobre a luta pela Terra na região de Conceição do Araguaia-PA.

Atualmente a região se mostra como um novo cenário estadual. Frequentes transformações econômicas e sociais estão se desenhando com a entrada de grupos populacionais vindos de diferentes locais do país. Com isso as comunidades tradicionais e os povos indígenas procuram se unir para mais uma batalha de luta para que seus direitos minimamente sejam respeitados.

Essa atual situação mostra também a necessidade urgente de pesquisas no campo ambiental e cultural, uma vez que toda essa transformação vem ocorrendo sem um estudo prévio do suporte desse ecossistema e para que se possa pensar em estratégias de conservação para a região.

A Região Norte – Araguaia apresenta um período sazonal definido em período chuvoso e seco, denominados regionalmente de inverno e verão. De acordo com informações dos moradores da região o início e final desses períodos podem variar de ano para ano, mas geralmente acontecem de novembro a abril e maio a outubro, respectivamente.

Em toda a região é possível encontrar grupos humanos reunidos em comunidades que vivem numa relação simbiótica com o ambiente local, utilizando os recursos naturais para a sua sobrevivência, criando assim uma teia de relações que garante a conservação ambiental e cultural. Essas relações “harmônicas” entre homem e natureza estão sendo cada dia mais fragilizadas em decorrência do avanço da fronteira agrícola e a chegada de recursos tecnológicos.

Esses povos ao longo dos anos resistiram à entrada do capital e do modelo de desenvolvimento implantado pelos governos. Resistência esta que de acordo com relatórios da CPT (Comissão Pastoral da Terra) caracterizaram a região como uma das mais conflituosas do Estado de Mato Grosso.

1.2.O Município de Luciara

As informações sobre o município de Luciara foram retiradas do Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso (1996). De acordo com este relatório o município de Luciara localiza-se na região Norte Araguaia do Estado de Mato Grosso a 11° 05'25" S e 50°37' 49" N à margem esquerda do Rio Araguaia, distante 1200 Km da capital do estado, Cuiabá (figura 2). Possui uma população correspondente a 2.494 habitantes, oriunda de diversas regiões do país, principalmente do Norte e Nordeste (IBGE, 2000). Apresenta uma vegetação típica de cerrado, sendo grande parte caracterizada como cerrado alagado, denominado “varjão” pelos moradores locais. Os “varjões” correspondem a mais de 60% da área total do município. A maior parte desta área encontra-se em poder de populações tradicionais que fazem o uso deste espaço de forma comunal para a criação de

gado. A região apresenta duas estações definidas: estação seca (verão) e estação chuvosa (inverno).

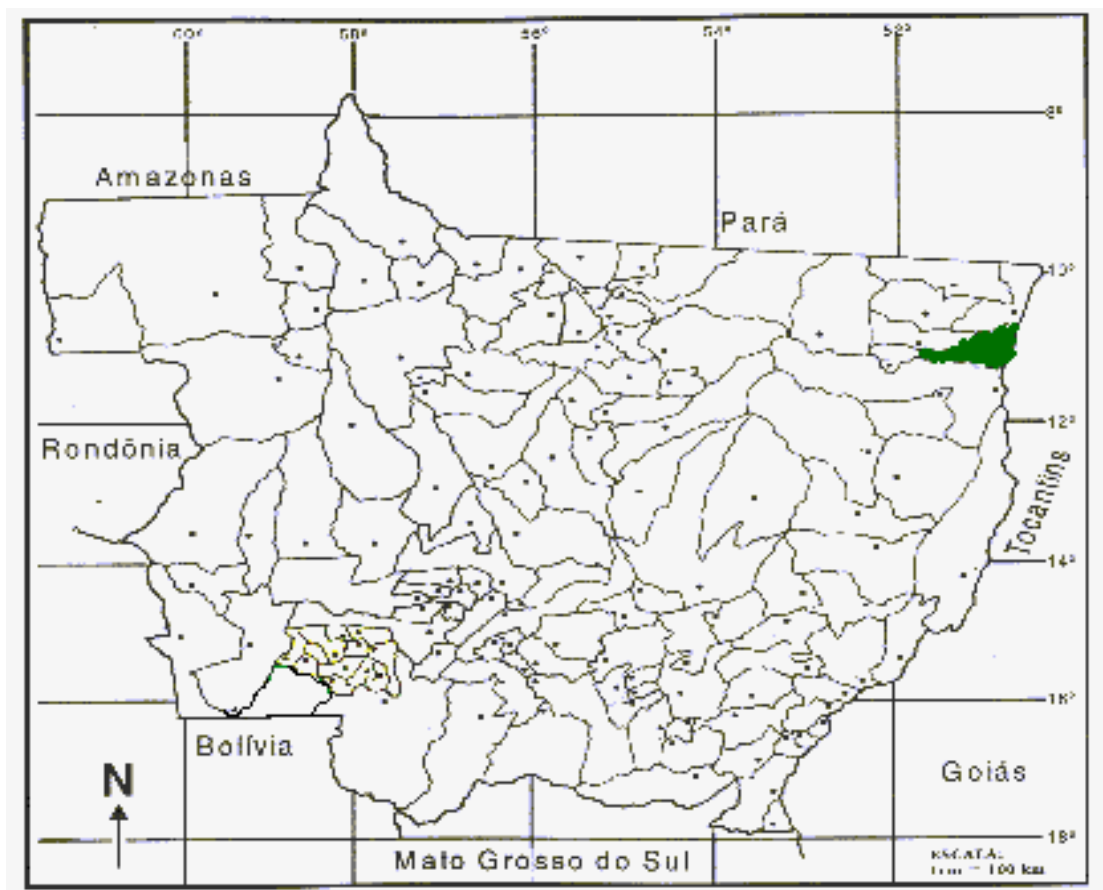


Figura 2. Município de Luciara-MT

Os índios Karajá foram os primeiros habitantes do lugar, hoje concentrados em aldeias próximas a cidade. A etnia Karajá do município de Luciara conta com uma população de aproximadamente 150 pessoas vivendo em uma área de 5.700 hectares. A manifestação cultural desses povos está presente em grande parte das atividades dos não índios, herança que tem contribuído para a permanência do homem neste ambiente.

Os não índios chegaram a região para fixar residência por volta de 1934, vindos do sul do Pará à procura de terras para a criação de gado. Para Soares (2004), nos primeiros anos do povoado de Luciara, a criação de gado já se constituía uma das principais atividades econômicas.

O líder dos não-índios era o Sr. Lúcio da Luz, nome que deu origem à cidade: Lúcio+Araguaia=Luciara. Nos anos seguintes chegaram inúmeras famílias, como relata um retireiro:

“Nóis chegamo aqui em 1941, eu era menino ainda. O veio Lúcio já tava aqui. Ele chegou em 34. Quase todo mundo que vinha era pra trabalha pra ele. Comecei vaqueira com 10 ano de idade, lidano com gado nesse campo aí, cheio de Kaiapó. Tinha que andá armado e de turma, se não os Kaiapó pegava. Estrada num tinha era só canoa e tropa” (B. P. S., 67- retireiro).

De acordo com Azambuja (2002) o município de Luciara possui uma área de 4.644 Km² que corresponde a 1.104.304,10 hectares, distribuídas em 223 propriedades. Destas, 37 são consideradas pequenas propriedades, 40 são consideradas médias e 146 grandes propriedades. Da área total do município cerca de 60% são consideradas varjões (áreas alagadas periodicamente), 4% são áreas de floresta e 36% áreas de cerrado. As terras indígenas são excluídas desta porcentagem.

A área alagada onde se localiza a Comunidade dos Retireiros encontra-se titulada pelo Governo do Estado, porém, nunca utilizada por seus “proprietários”. Esta área corresponde a 300.000 hectares, ou seja, quase a metade dos 662.582 hectares de áreas alagadas do município.

O sistema de ocupação das terras, semelhante a toda a Região Norte – Araguaia se deu por influência do poder econômico ou político. Os mais abastados economicamente ou que exerciam poder político sobre os demais foram ocupando as terras altas onde não havia inundação, ficando as terras de várzeas (de menor valor) sem interesse de utilização pelos proprietários, permitindo que as pessoas de baixa renda fizessem uso dessa área. Dessa maneira constituiu-se um sistema de posse caracterizado como “retiros”, formando um grupamento humano característico que com o passar do tempo são denominados “retireiros”, pessoas que vivem nos retiros.

1.3. Os Retiros

Na linguagem regional retiro é o local onde o retireiro se instala e vive um determinado período do ano (verão) para o desenvolvimento de uma atividade de criação e

manejo de gado bovino. É uma prática secular entre os povos tradicionais. Na região Norte - Araguaia do Estado de Mato Grosso os retiros compreendem parte de uma grande área denominada “varjões” (figura 3).

Esses varjões são áreas periodicamente alagadas onde desenvolve naturalmente uma vegetação gramínea que serve de alimento para o gado. Esta vegetação típica do cerrado suporta as duas estações consideradas na região, o inverno (cheia) e o verão (seca). Esta área ocupa cerca de 30% do município de Luciara-MT.

Figura 3. Município de Luciara e Comunidade dos Retireiros do Araguaia.

Não há uma demarcação física da área e nem uma regulamentação oficial, apenas acordos verbais. Há mais de 50 anos que esses povos realizam esta prática. Cada retiro é constituído de uma casa (barraco), um piquete, um poço (cisterna), um curral e inicia a atividade de manejo de seu rebanho nas pastagens nativas daquela região, caracterizando assim o uso comum dos recursos vegetais entre os componentes da comunidade.

Para Diegues (1997) este modo de ocupação do espaço caracteriza-se pela utilização comum de determinados recursos e existem em comunidades tradicionais com forte

dependência face ao uso de recursos naturais renováveis. O autor ainda afirma que o modo de vida dessas populações tem garantido a proteção ecológica de ecossistemas florestais ou aquáticos avaliados como de importância fundamental para a conservação diversidade biológica e cultural.

Na Comunidade dos Retireiros para todas as construções edificadas são utilizados recursos do próprio ambiente. Em decorrência da elevação das águas as casas geralmente não possuem paredes (figura 4) e há poucas cercas. De acordo com os retireiros o arame e a madeira não suportariam a água da cheia e logo “apodreceria”.



Figura 4. Casa de Retireiro

Fonte: Silva,R.A.O., 2002

O conjunto de retiros forma a Comunidade de Retireiros do Araguaia. Esta comunidade compreende uma população residente na região Nordeste do Estado de Mato Grosso, que se caracteriza por desenvolver uma atividade de estreita relação com o ambiente em que vivem: a criação e manejo de gado em pastagens nativas denominadas “varjões” (áreas alagadas), no município de Luciara-MT.

O gado é criado em sistema extensivo nos períodos de seca (maio a dezembro) e no período chuvoso (janeiro a abril) o gado é retirado para as partes altas, onde não há inundação, permanecendo livres das conseqüências das cheias. Atualmente estas áreas (terras firmes) encontram-se em poder de latifúndios que alugam pastos para os retireiros. Este fato provoca uma mudança na lida com o gado. Nos varjões da Comunidade dos Retireiros o gado é cuidado pela própria família, já nas áreas altas, geralmente é apenas um membro da família ou os próprios peões das fazendas, causando um custo às famílias dos retireiros. Semelhante situação de alternância no trato com o rebanho é percebida por Furtado (1993) entre os pescadores do Rio Amazonas, onde ora é toda a família, ora é apenas um de seus membros ou mesmo terceiros.

Não se tem uma data precisa do início dos retiros na Região do Araguaia. Relatos dão conta que a prática dessa atividade remonta ao início do século passado. Muitos retireiros desta comunidade são oriundos da Ilha do Bananal no estado do Tocantins, onde a prática de retiros foi bastante comum em tempos passados, por ser uma região alagada com vegetação nativa de gramíneas, servindo de alimento para o gado. “*A ilha era cheia de retiros*” (Retireiro).

De acordo com informações dos retireiros, na década de 1980 o Governo Federal, por intermédio do Ibama procura fazer da Ilha do Bananal uma área de preservação ambiental desabrigoando inúmeras famílias que ali viviam e dali tiravam seu sustento. Estas famílias, sem ter para onde ir e sem ter onde colocar o gado foram morar nas cidades próximas da Ilha criando seu rebanho em áreas de várzea (semelhante à ilha), num sistema de propriedade comum. Assim, chegaram a Luciara:

Um comportamento semelhante é observado por Silva & Silva (1995) numa pesquisa realizada com pantaneiros matogrossenses. Para as autoras os pantaneiros são tradicionais criadores de gado em áreas alagadas, usando essas áreas de forma comunal, sendo esta sua principal atividade econômica. Há uma profunda relação com o regime de cheia no Pantanal. Durante as cheias o gado se desloca para os morros aonde não chega a inundação. Marques (2001) também faz relato semelhante estudando os “brejeiros” de Marituba (Alagoas). Estes se definem como moradores de várzea e que com ela mantêm uma relação de intimidade, geralmente caracterizada pela dependência da área alagada e dos seus recursos bióticos. O uso comum dos recursos naturais e a conservação do ambiente para o futuro da população são características entre comunidades tradicionais. O autor afirma que nas várzeas de Marituba há extensões de “pedaços comuns”, onde o acesso se dá de forma não regulamentada. Entre os

quilombolas também predomina uma atividade semelhante. De acordo com Guanaes *et. al* (2001) nos quilombolas a terra não é vista como propriedade privada, mas como um bem de uso comum. Para os quilombolas do Vale do Ribeira a ocupação da terra se dá através do cultivo de roças coletivas e mão-de-obra familiar para a subsistência e dependem dos recursos desse ambiente para garantir sua sobrevivência.

O uso comum das áreas de várzeas é discutido por Silva & Silva (1995) em estudo com pantaneiros-MT, por Marques (2001) estudando brejeiros-Alagoas, já citados anteriormente, e Furtado (1987) em estudo realizado com varjeiros do Rio Amazonas-Pará. Essas experiências, segundo Diegues (1997), subsistem geralmente em regiões dotadas de ecossistemas “marginais”, onde os solos são vistos como impróprios para o uso agrícola (em grande escala) ou urbano-industrial. Esta forma de apropriação dos recursos naturais é caracterizada pela utilização em comum de determinados espaços e recursos por meio de extrativismo vegetal, animal, da pequena agricultura e criação de animais. A apropriação da terra se dá de forma diferenciada: a terra não é vista como propriedade particular, mas como um bem de uso comum. A identidade cultural é construída com a apropriação comunal do espaço. Esses sistemas não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e simbologias que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

A mobilidade que ocorre nas áreas de uso comum, recria o meio permitindo encontrar as condições desejadas, garantindo assim o equilíbrio dos componentes do ambiente. Nos retiros essa mobilidade só é possível graças ao sistema de propriedade, onde prevalece o uso comum de toda a área, não havendo posse nem cercas para impedir a circulação tanto dos humanos como dos animais.

Nas várzeas do Araguaia o uso comum dessas áreas teve influência do próprio processo de ocupação da região, transformando as áreas secas (altas) em grandes latifúndios, restando as áreas alagadas (sem importância para os latifúndios) para os empregados e vaqueiros das fazendas que aos poucos vão se tornando independentes aumentando a produção de gado. Não havendo onde colocar seu rebanho começam a fazer uso dessas pastagens nativas, criando assim uma nova categoria no cenário rural brasileiro, o retireiro.

2. OS ATORES SOCIAIS: Os Retireiros do Araguaia

“Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é isso que o tem mudado”.
(Margaret Mead)

2.1. A Identidade dos Retireiros do Araguaia

O nome retireiro deriva da palavra retiro, que na linguagem regional é o local onde se cria e cuida do gado (quem vive da atividade sócio-econômica do retiro é retireiro). O retireiro se faz pela experiência adquirida e acumulada em sucessivos anos. Tendo um papel seminômade, muitas vezes o termo “retireiro” assume outra interpretação, sendo considerado o fato das famílias se retirarem do local juntamente com o gado durante o período chuvoso do ano.

Grupos humanos que desenvolvem atividades semelhantes recebem denominações diferentes dependendo da região do país. No Baixo Amazonas são chamados de varzeiros, no norte de Minas são os geraizeiros, em Alagoas os brejeiros, no Pantanal os pantaneiros e assim seguem diversas denominações para os diferentes grupos sociais. Todos são grupamentos humanos que habitam geralmente ambientes marginais, onde, em decorrência de fatores climáticos e/ou físicos desenvolveram um modo de vida próprio, numa simbiose com a natureza, que lhes garante a sobrevivência.

Na região Norte - Araguaia do Estado de Mato Grosso o retireiro tem sua vida marcada por ciclos climáticos ocorrentes na região. Quando as águas do Rio Araguaia começam a subir e começam a alagar as áreas baixas é o momento em que o retireiro tem que retirar o gado. O gado é retirado para as partes altas onde não há inundação (figura 5). Este trabalho é realizado geralmente pelos homens, raramente há mulheres ou crianças desempenhando esta atividade. Como as partes altas atualmente são ocupadas por fazendas, os retireiros alugam as pastagens dessas fazendas e vão morar na cidade ou em chácaras próximas. Este período, geralmente vai de janeiro a abril, podendo variar. No início de maio, quando as águas baixam é hora de retornar. Todo o gado é trazido de volta aos retiros juntamente com outros animais e os utensílios domésticos pertencentes aos retireiros. A partir

de maio até o final de dezembro a vida continua nos retiros, reiniciando toda a atividade retireira.

Figura 5. Retirada do gado no período chuvoso

Todas essas atividades mostram o perfil dos retireiros, que é moldado pela experiência adquirida e acumulada em sucessivos anos. O retireiro é um homem simples, geralmente sem instrução formal com um profundo conhecimento das características do ambiente, onde desenvolveu através dos tempos, formas de organização que lhes permitiu garantir a conservação dos recursos naturais. Não desmatam, não queimam, não cercam, pois acreditam que o ambiente não suportaria tais ações. Este fato pode ser observado no depoimento de um retireiro:

“Nós conhecemos tudo aqui, todas as plantas, os bichos, peixes, sabemos nos defender, sabemos livrar da cheia e da seca. Nós cuidamo muito do lugar. Aqui não derruba, não queima, porque se não como é que vai viver? Na época das queimada fica todo mundo cuidando para não entra fogo” (B. P. S. 67 retireiro)

Esta afirmação nos remete ao estudo realizado por Silva & Silva (1995) com os pantaneiros. Estes se assemelham ao retireiro, pois também dependem dos ciclos sazonais para o desenvolvimento de sua principal atividade de criação de gado em pastagens nativas e são também portadores de um profundo conhecimento do ambiente local, o que lhes garante a sobrevivência, por meio de estratégias concebidas culturalmente.

Estratégias de manejo e utilização dos recursos naturais são comuns em Comunidades tradicionais. Esse fato é discutido por Gadgil et. al. apud Begossi et. al. (2002 p.96) onde afirmam que “as estratégias de manejo são comuns em populações sedentárias que puderam aprofundar sua percepção e conhecimento sobre o ambiente”.

É este saber e este modo de se relacionar com o ambiente que dá ao retireiro uma identidade característica tornando-o um profundo conhecedor das peculiaridades do lugar em que vive e faz de suas práticas um mecanismo de sobrevivência que garante uma conservação cultural, ambiental e a manutenção do saber que é repassado através das gerações.

2.2. A Organização Social, Política e Econômica dos Retireiros

A vida em um ambiente peculiar levou os retireiros a adquirirem mecanismos de se organizarem para garantir a sobrevivência e manutenção de sua cultura. As dificuldades físicas e ambientais são corrigidas pelo modelo de organização social e pelo conhecimento adquirido culturalmente pela comunidade acerca dos recursos do ambiente local.

Para Cândido (2001) “a existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos do meio”. Esse equilíbrio é observado no retireiro em face ao modelo de exploração do ambiente e as relações sociais ali estabelecidas nos períodos sazonais.

O movimento sazonal caracterizado pelos períodos de cheia e seca define o hábito de vida da população retireira, as relações desta com o ambiente, bem como as relações sociais ali estabelecidas. A sazonalidade determina o ritmo de vida e garante a sobrevivência da população. Cada sujeito desta comunidade vivencia essa sucessão de acontecimentos e está preparado para essas eventuais mudanças.

Na Figura 6 podemos visualizar o ciclo de atividades dos retireiros nos dois períodos sazonais, considerados regionalmente pela população como inverno e verão:

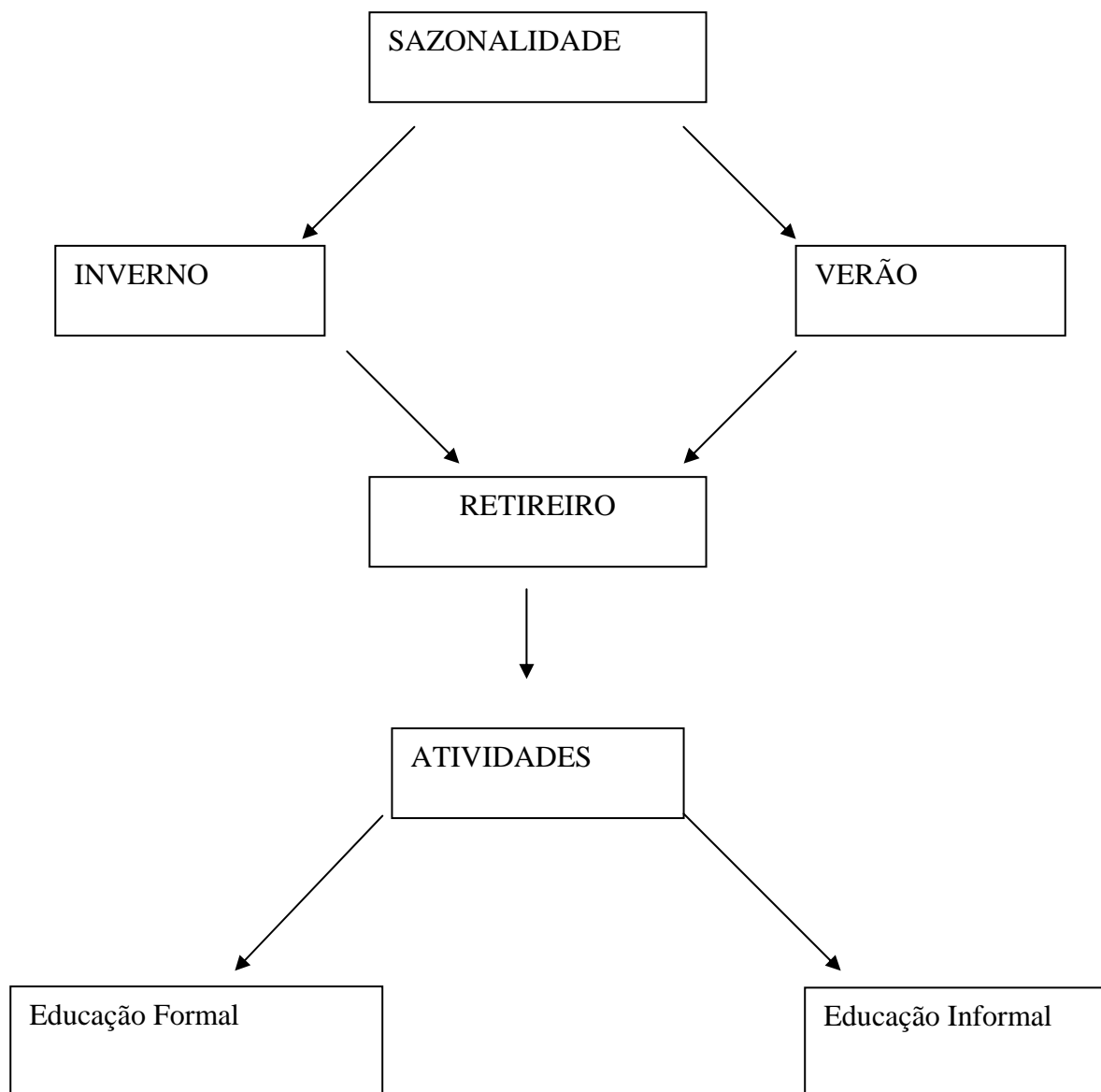


Figura 6. Ciclo sazonal no Retiro

Neste ciclo de relações entre os retireiros e a sazonalidade é que se pode perceber o conhecimento e o modo de vida desta população. Todas essas relações culminam no processo educativo vivenciado pela comunidade, caracterizado como educação formal, com o conhecimento adquirido na escola e informal, através do conhecimento adquirido fora da escola.

Esta última é manifestada através das inúmeras atividades desenvolvidas nos dois períodos (inverno/verão). Estas atividades vão desde a pesca, caça, coleta de vegetais até as

relações de respeito e solidariedade entre familiares e amigos, manifestadas nos momentos de atividades coletivas como retirada ou retorno do gado, vacinação e nas manifestações de luta pelos direitos da população (reuniões, abaixo-assinado, etc.).

Há inúmeras regras moralmente estabelecidas e respeitadas por todos. Muitas dessas regras têm a função de regular o acesso aos recursos naturais, garantindo assim a conservação. O uso comum dos recursos naturais disponíveis é marca registrada desta população. Não há posse da terra e sim do direito de explorá-la. Este fato pode ser observado a seguir:

“O retireiro só é dono do gado e da casa, curral, piquete. O resto é de todo mundo” (R. S., 40 - retireiro).

Os meses do ano são, na maioria das vezes ignorados, utilizando sempre a expressão inverno ou verão. Característica semelhante é observada por Furtado (1993) onde argumenta que “os ribeirinhos raríssimas vezes usam o nome dos meses para determinar a ocorrência de tarefas ou de outro acontecimento”.

As duas estações definidas pelos retireiros são geralmente subdivididas em períodos de acordo com os afazeres (figura 7). Tanto o inverno como o verão é subdividido em início, forte e final. O início do inverno é a época de retirada do gado do retiro para as partes altas. A retirada do gado, dos pertences e da população é marcada por grande movimentação, reunindo-se famílias inteiras e vaqueiros de outros retiros. No forte do inverno não há presença de retireiro nos retiros. Neste período as atividades nos retiros são interrompidas, exigindo dos retireiros uma mudança brusca nos seus hábitos, já que na maioria das vezes iniciam uma vida urbana restringindo-se a atividades individualizadas, como a lida com o gado em fazendas, a pesca de canoa, a coleta de frutos nos varjões ou atividades no comércio e na construção civil. É um período que não agrada a maioria dos retireiros como observado neste relato:

“No inverno é muita chuva. O gado é tirado, se não tirá eles vão embora pro alto. Fica tudo alagado. Ninguém fica no retiro. É muito difícil nessa época. Num vai carro, só tropa. A estrada alaga tudo. Só nos monchão que fica seco”. (J. P., 50 - retireiro)

O final do inverno é o momento de preparação para a volta. Nesta época o gado é trazido de volta aos retiros, vindo também toda a população, para ali permanecerem por mais

alguns meses. A definição das atividades para os próximos oito meses inicia neste momento como a contratação de vaqueiro e forma de pagamento. O pagamento aos vaqueiros geralmente não é feito em dinheiro, mas em gado, utilizando um sistema próprio de divisão que é seguido por todos:

“O vaqueiro não tem salário todo mês. O pagamento é feito com a cria no final do ano. O pagamento é chamado de “laço”. Um laço é 5 bezerro ou bezerra, depende de como combinar, pode ser 6 ou 4, mas a maioria é 5. De cada 5, o vaqueiro escolhe 1, e assim vai até terminar todas as cria daquele ano”.(J. E., 25 - retireiro)

A alternância das atividades na sazonalidade de inverno e verão contribui para o enriquecimento das experiências vividas pela população da comunidade. Tais experiências são caracterizadas como um processo educativo informal estabelecido culturalmente no seio da população, ao qual Guarim Neto et. al. (2000) definem como um processo de educação não-escolarizada. Assim como no inverno, o verão tem suas subdivisões, embora neste período a gama de atividades seja maior no retiro. No verão manifestam-se atividades mais intensas (Figura 7), geralmente atividades que envolvem todos os membros da família, como a lida com o gado, a pesca diária, a caça, a coleta de vegetais para cerca, casas, lenha.

Esses dois momentos denominados inverno e verão é que define o modo de vida dos retireiros e estrutura as relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e educativas.

Atividades	Inverno					Verão						
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Pastoreio do gado no retiro												
Retirada do gado												
Descida do gado para o varjão												
Pesca de Rio (mais intensa)												
Pesca de lago (mais intensa)												
Caça *												
Coleta de vegetais p/ construção												

Fig 07. Calendário das atividades no Retiro

* Para os retireiros a caça acontece o ano todo, dependendo da espécie a ser caçada.

Entre eles não se tem uma data precisa para o início ou fim de uma estação. Isto pode mudar de um ano para outro. Assim, o calendário de atividades no retiro não é preciso e está sujeito a variações, de acordo com as variações do tempo. O importante é que o retireiro sabe a hora certa de retirar o gado ou voltar com o gado para os varjões. Este saber vale também para todas as outras atividades realizadas no retiro (retirada de madeira, palha, cultivo de vegetais).

No retiro todos trabalham e todos se ajudam, embora haja divisões evidentes entre sexos e faixa etária. Desde cedo as crianças começam a participar das atividades do retiro com os pais, irmãos mais velhos ou parentes. Diferente dos pescadores do rio Amazonas citado por Furtado (1993), a mulher do retireiro (não há retireira e sim mulher de retireiro) participa das atividades de pesca para o sustento da família. Percebe-se entre os retireiros que não existe nenhuma regra sobre a não-participação da mulher nas atividades dos retiros nem restrições sobre a participação do homem nos afazeres domésticos. Apesar disso há uma prevalência de gênero em algumas atividades (como na lida com o gado), provavelmente em decorrência de hábitos culturais que ainda perpetuam. Os homens têm a responsabilidade de “vaqueirar” o gado. Geralmente vão para o campo em grupo. Poucas mulheres atuam no campo, elas se dedicam aos filhos que ficam na cidade para estudar ou às atividades domésticas do retiro:

“As mulher e as crianças fica na cidade porque tem que estuda, só vai pro retiro nos fim de semana” (B. P. S., 67 - Retireiro).

Os retireiros dividem as tarefas do retiro com os vaqueiros. Já a divisão sexual do trabalho é mais evidente durante o inverno quando cessam as atividades nos retiros e a maioria da população passa a ter uma vida urbana. A mulher continua em suas atividades domésticas enquanto o homem fica a espera do verão sem muitos afazeres.

A atividade retireira, aparentemente provisória ou oportunista, é caracterizada por regras estabelecidas culturalmente passadas de geração em geração de forma oral entre os membros da comunidade, através da convivência diária. Cada família possui um retiro onde todos trabalham. O trabalho é dividido por todos da família. O retireiro é o dono do retiro e o vaqueiro é quem cuida do gado do retireiro. Isso não impede que o retireiro trabalhe no campo ao lado do vaqueiro e que o vaqueiro também seja proprietário de gado, o que na maioria das

vezes acontece, pois recebe gado como pagamento dos serviços prestados. Embora ninguém seja dono da área física, há uma demarcação simbólica da área, que é denominada pelo nome do proprietário, exemplo, “retiro do fulano de tal”. O fato de denominar o espaço ocupado por uma família pelo nome do responsável caracteriza para os retireiros uma posse daquela área, sendo o seu direito respeitado. Esta codificação de relações sobre a posse também é discutida por Marques (2001) onde afirma que entre os brejeiros de Marituba é comum topônimos para definir a posse de determinado espaço físico.

Na Comunidade pesquisada os retireiros estão organizados através de uma Associação, denominada “Associação dos Retireiros de Mato Verdinho”. A maioria dos retireiros são associados e fazem dessa associação o suporte para as tomadas de decisões, como por exemplo a entrada de pessoas de outros municípios no retiro, a extração de madeira, palha, caça, pesca. É através da associação que os retireiros vêm seus direitos assegurados e lutam por sua garantia.

A criação de gado bovino para cria e recria é a principal fonte de renda dessas famílias. No entanto, não fazem dessa atividade sua única fonte de renda. Possuem uma economia bastante diversificada que vai desde a pesca a trabalhos temporários na cidade. Semelhante atividade econômica é descrita por Furtado (1993), entre os varjeiros do baixo rio Amazonas. Estes se caracterizam por desenvolverem uma estreita relação com as regiões de várzeas fazendo delas sua principal fonte de renda, embora sua economia também seja diversificada, dependendo do período do ano. O fator econômico tem um papel decisivo na interação homem/natureza. Lima (1984) afirma que este processo está condicionado à necessidade que a humanidade sente de explorar a natureza com o propósito de torná-la mais útil à sua sobrevivência. Esta relação também é manifestada por Leff (1994) quando afirma que as condições ecológicas e comunais da produção aparecem como suporte de uma nova racionalidade produtiva. Esta nova ordem está guiada por valores culturais diversos, manifestados nas práticas cotidianas de lidar com o gado, na pesca, na caça, nos mitos e nas manifestações religiosas.

O autor ainda afirma que as condições para a existência dessas comunidades passam pela legitimação dos direitos de propriedade das populações sobre seu patrimônio de recursos naturais e de sua própria cultura, e pela redefinição dos processos de produção, dos estilos de vida e dos sentidos de sua existência.

A organização dos atores sociais pesquisados – os retireiros do Araguaia – mostra como são definitivos o respeito e a fraternidade entre eles, no sentido de que a reciprocidade é

benéfica e auxilia as relações que se manifestam no cotidiano dessa população que mantém e ressignifica seus espaços de vivência e experiências mútuas. Que tem no Araguaia um bem comum, coletivo e altamente percebido e mantido.

CAPÍTULO II

1- O CONHECIMENTO AMBIENTAL DO RETIREIRO DO ARAGUAIA

“Nóis conhecemo tudo aqui. Os bichos, o lago, rio, o varjão...” (67, B. P. S., retireiro).

O conhecimento que a Comunidade dos Retireiros do Araguaia possui acerca do ambiente garante-lhes a adaptação e conseqüentemente a sobrevivência. Esse conhecimento não se resume apenas à utilização dos recursos naturais, mas também à compreensão da complexa teia de relações entre os seres e a dinâmica do ambiente natural. O ambiente físico (clima, solo, regime de chuvas, secas) também é parte da gama de conhecimento desta população.

1.1. CONHECIMENTO SOBRE A FAUNA LOCAL

Os recursos oriundos da fauna local possuem um grande valor na manutenção da vida do retireiro naquele ambiente. Assim como a flora, a fauna local está presente na vida cotidiana dos retireiros sendo utilizada na medicina e principalmente na alimentação.

A relação homem/animal é marcada por encontros harmônicos e desarmônicos. Embora os animais sirvam o retireiro para a subsistência e na medicina, os mesmos configuram uma ameaça à população local quando promovem uma competição com o retireiro na ocupação do espaço e na busca por alimentos.

O ser humano ao longo dos tempos desenvolveu técnicas e armas para captura de animais, exercendo um total domínio sobre estes. O retireiro, além de possuir armas para a caça é um profundo conhecedor dos hábitos de vida dos animais, seus ciclos reprodutivos, seu habitat e suas formas de defesa. Na maioria das vezes o retireiro sai vitorioso desta relação.

Marques (2001) diz que “o homem atua com plena consciência do seu papel interativo de matador”. Mata muitas vezes sem necessidade, explicitando agressividade e poder sobre os outros seres (animais) desta cadeia.

Os retireiros entrevistados falam receosos sobre o consumo de animais de caça, seja na alimentação ou na medicina. Evitam também falar de animais que lhes causam prejuízos como a onça que come os bezerros e ameaça suas vidas. São mais abertos ao diálogo sobre a pesca, pois segundo eles a lei é menos rigorosa, com exceção do período da piracema. Este medo de falar sobre os animais de caça é em decorrência da forte fiscalização dos órgãos ambientais que atuam na região. Esses órgãos atuam de forma fiscalizadora e punitiva, quase nunca informativa ou educativa. A maioria dos retireiros desconhece a lei de crimes ambientais e muito menos a permissão para a caça e pesca de subsistência ou defesa de sua propriedade ou familiares. Essas proibições têm provocado mudanças no hábito alimentar desta população, como se pode observar no relato de um retireiro:

“Antigamente comia peixe e caça, hoje tá tudo proibido, agora tem que comprar carne e outras comida no mercado” (B. P.S., 67 - retireiro)

Percebe-se com isso que as práticas tradicionais de alimentação e utilização de remédios caseiros oriundos de animais, estão sendo substituídas por produtos industrializados. Essas mudanças interferem não só no hábito alimentar, mas também na economia das famílias que se sentem obrigadas a comprar produtos do comércio local, interferindo também na cultura desta população. Para Bortoloto (1999), a diminuição da procura de animais silvestres para a dieta das populações tradicionais, por causa da proibição da caça é um assunto que deve ser discutido sob a perspectiva conservacionista e educacional. Discussões nesse sentido possibilitariam aos retireiros vislumbrar a permanência em seu ambiente, garantindo assim a manutenção de seus hábitos culturais e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

1.1.1. A caça

Embora a caça não seja a principal atividade desenvolvida pelos Retireiros do Araguaia ela está presente no cotidiano das famílias. Às vezes como defesa do rebanho (onça ou cobras peçonhentas), às vezes como fonte de alimento e, em alguns casos para uso medicinal (Quadro 1). Não se teve durante a pesquisa, informação de caça como fonte de lazer. Portanto, enquanto que para as populações não-tradicionais a caça, a pesca e coleta é fonte de lazer, nas comunidades tradicionais é fonte de subsistência e trabalho.

De acordo com a população pesquisada a caça entre os retireiros é realizada pelos homens adultos e nunca por mulheres e crianças, por causa, principalmente, do uso de arma de fogo.

Segundo os entrevistados os animais de caça têm diminuído ultimamente, acreditando ser em virtude do desmatamento aos arredores. Assim como em outras regiões do Estado a caça é uma atividade cada vez menos freqüente. Os retireiros afirmam ser difícil encontrar animais de caça hoje em dia.

Em trabalho realizado no pantanal mato-grossense, Bortolotto (1999), relata que moradores mais antigos afirmam que antigamente era mais fácil ver animais nas redondezas. Tanto os retireiros do Araguaia quanto os moradores do Pantanal afirmam que a escassez de animais decorre do desmatamento na região.

O consumo de animais na alimentação dos retireiros é acompanhado de uma infinidade de recomendações (tabus alimentares) a respeito destes alimentos. Muitos animais não são consumidos pela maioria da população, sem citar motivo ou simplesmente porque acham a carne ruim. Outros porque são prejudiciais à saúde, como é o caso do porco-do-mato (porcão), que para os retireiros possui uma carne reimosa, prejudicando o sangue. Já o tatupeba é pouquíssimo consumido porque causa hanseníase e come defunto e “coisa podre”.

Foram citados vários animais utilizados na alimentação da comunidade. Dentre essas espécies destacam-se a capivara, tatu-galinha, tartaruga, tracajá, veado, anta e paca.. Alguns animais são caçados durante o ano todo, outros em períodos de maior facilidade como é o caso do tatu-galinha, que no período chuvoso torna-se uma presa fácil como relata um retireiro:

“Nessa época o tatu-galinha não pode cavar buraco porque tá tudo alagado, então eles fica nos monchão, faz um casa de folha e então é só pegar” (D. E., 56 - retireiro).

“Monchão”, na linguagem dos retireiros são murundus, porção de terra alta recoberta por vegetação onde a água não chega, servindo de refúgio para diversos animais, inclusive o tatu.

Além dos recursos oriundos da caça, os retireiros realizam uma atividade bastante comum que é a coleta (em período de desova) de ovos de tartaruga, tracajá e de aves como as gaiotas, além da coleta de mel. Essas atividades são realizadas por homens, mulheres e crianças.

A utilização de produtos de origem animal na cura de diversas doenças é muito comum entre os retireiros, como no relato abaixo:

“Iiiii! Tem muito animal que serve pra remédio: tatu, sucuri, a banha de sucuri é boa pra reumatismo, cascavel, tartaruga... a parte que usa mais é a banha, usa o sangue também, né. Da cascavel usa o osso, né”! (B.P.S. 67, Retireiro).

Todos os entrevistados citaram algum tipo de animal utilizado como remédio. As formas de utilização variam, podendo ser ingerido “*in natura*” ou preparado em garrafadas, chás ou misturados a pratos da culinária local. As partes utilizadas são gorduras, ossos, sangue, dentre outras. O sangue do anu misturado na pinga é utilizado para combater o alcoolismo. Um produto de origem animal bastante utilizado para fins medicinais entre os retireiros é a gordura, denominada pelos retireiros por “banha”. A banha da capivara é utilizada como depurativo do sangue (“serve para limpar o sangue”), para gripe e bronquite. Para isso utilizam-se poucas gotas, geralmente misturadas a outros alimentos como mel de abelha. A banha de sucuri é usada no combate a reumatismo e os ossos para combater as dores. Uma outra serpente utilizada pelos retireiros na medicina é a cascavel. Sua banha quando ingerida combate doenças de pele. Banha de tatupeba quando derretida é usada para dor de ouvido e a banha do tatu-galinha serve para problemas na vista. A banha de arraia serve para combater bronquite. Outra parte utilizada é o fel (a bile) de paca que segundo os retireiros serve para dores e para arrancar espinhos na pele.

Geralmente os animais utilizados na medicina são acompanhados por rituais de benzeção. Muitos animais são citados por alguns retireiros como impróprios para o consumo, alegando ter carne pesada (reimosa), sendo prejudicial à saúde.

No período menstrual, as mulheres não consomem peixe de couro, nem carne de caça, pois também são prejudiciais à saúde. Essas regras alimentares também são observadas em comunidades indígenas e entre os caboclos das várzeas amazônicas. Morán (1990) afirma que um grande número de tabus alimentares é comum entre populações indígenas do Brasil. Um exemplo relatado por este autor é os Camaiurás de Mato Grosso, que, assim como os retireiros, consideravam reimosos os peixes lisos, ficando as mulheres grávidas proibidas de comê-los. O mesmo acontece com os animais de caça onde os caboclos da Amazônia consideram várias espécies como reimosas. Não se sabe ao certo a que estão relacionados esses tabus alimentares, sabe-se, no entanto, que os peixes considerados reimosos são mais gordurosos e abundantes. Begossi apud Bortolotto, (1999) afirma que tabus alimentares são um luxo e as comunidades que dispõem de proteína animal abundante podem apresentá-lo.

Os retireiros não relataram fazer uso de animais em rituais, no entanto afirmaram que alguns animais da fauna local têm poderes como é o caso do boto, que seu olho quando carregado por homens serve como atrativos de mulheres bonitas. Este animal também é protagonista de uma interessante lenda conhecida por todos da comunidade. Outro fator importante é que muitos remédios naturais de origem animal, assim como os de origem vegetal, são acompanhados de rituais, na maioria das vezes de orações ou demonstrações de fé.

O comportamento ou canto de inúmeras aves muitas vezes são associados, por ribeirinhos ou povos tradicionais, a mitos, lendas, a anúncios de boas vindas ou até mesmo morte de pessoas próximas. O urutau ou mãe-da-lua (Marques, 1999) é muitas vezes temido pelos retireiros pela característica do seu canto melancólico. O bem-te-vi é também ignorado pelos retireiros, associando este pássaro à história bíblica de Maria e José com o menino Jesus fugindo do Rei Herodes. Segundo a lenda, este pássaro tentou entregar Jesus com o seu canto: bem-te-vi, bem-te-vi. Outro pássaro que traz agouro é a coruja. Seu canto durante a noite pode estar anunciando a morte de pessoas conhecidas ou de alguém da família. Segundo esses povos o beija-flor, dependendo de seu comportamento, pode trazer sorte ou azar. Quando este pássaro entrar em casa cantar e sair é anúncio de boas vindas. Mas se entrar, voar e sair sem cantar é sinal de más notícias.

Quadro 1. Principais animais citados pelos retireiros do Araguaia*

Nome comum	Habitat	Finalidade
------------	---------	------------

		alimento	medicina	rituais	defesa
Anta	Varjão e campo	x			
Beija-flor**	mata			x	
Boto**	rio			x	
Capivara	Beira de lago e pântano	x	x		
Cascavel	Campo***		x		
Cotia	mata	x			
Galinha D'água	Beira de lago	x			
Jacaré	Rio e lago	x	x		x
Jacutinga	Mata	x			
Jaó	Campo	x			
Jibóia	Varjão e pântano		x		x
Juriti	Mata	x			
Lobo-guará**	Campo			x	
Nambu	Campo	x			
Onça	Mata				x
Paca	Varjão	x	x		
Perdiz	Campo	x			
Pomba margosa	Mata	x			
Quandu	Campo e mata	x			
Sucuri	Varjão e pântano		x		
Tamanduá mirim	Mata	x			
Tartaruga	Rio e lago	x	x		
Tatu	Varjão e campo	x	x		
Tatupeba	Varjão e campo	x	x		
Tracajá	Rio e lago	x			
Veado	Campo	x			

* Ver lista das espécies animais em anexo 3.

** Na Comunidade não há caça do boto, lobo e beija-flor. Foram citados aqui apenas como animais pertencentes a algum ritual ou crendice.

*** Na linguagem do retireiro a palavra campo se refere a campo-cerrado, ou seja, cerrado formado por vegetação graminosa e poucas árvores.

Todos os animais acima citados já fizeram parte do cotidiano dos retireiros, seja na alimentação, medicina ou como ameaça à população ou ao rebanho. No entanto, hoje em dia essas espécies, são pouco caçadas ou utilizadas e fazem parte muito mais de relatos do passado do que de fatos do presente. A caça é uma atividade que, na atualidade, não tem mais uma expressividade entre os retireiros.

1.1.2. A pesca

Assim como a caça, a pesca não é uma especialidade e nem uma atividade cotidiana na vida do retireiro. Ele utiliza esse recurso apenas como complemento alimentar e na medicina. Apesar disso, esta comunidade detém um profundo conhecimento sobre peixes, períodos de pesca e estratégias para captura do pescado (Quadro 2). A pesca é realizada por todos os membros da comunidade: homens, mulheres e crianças.

A pesca entre os retireiros acontece durante o ano todo (figura 7), embora em alguns meses do ano observa-se uma maior frequência. No auge do período chuvoso o rio transborda tornando alagada toda a vegetação ciliar, constituindo as matas alagadas, que na linguagem local é denominada “empuca³”, local preferido para realização de pesca, pois há abundância de peixes em decorrência da farta alimentação ali encontrada. Os períodos de pesca variam de acordo com a espécie pescada. Algumas espécies são capturadas no período chuvoso e outras no período seco:

“Existe peixe que é mais de rio e peixe que é mais de lago. O tucunaré é um peixe de lago. Quando as águas baixam o que dá é tucunaré nos lago e naquelas impuca. Só pega ele, até sem isca. No rio pesca o ano inteiro, mas na cheia lá pra março é época dos cardume de piau de todo tipo. Tem também piabanha e outros peixe” (R. S.,40. -retireiro).

Para a pesca é utilizado o “caniço” (varas de bambu) com anzol ou linhada (linha de mão). Não informaram sobre o uso de redes, tarrafas ou armadilhas. Apenas um retireiro comentou sobre a pesca do pirarucu na qual utiliza o arpão. As iscas utilizadas para a captura variam de acordo com a espécie de peixe a ser capturada. As utilizadas com maior frequência são: peixes, milanga (minhoca), fios de abelha (larvas de abelhas), milho, iscas

³ Denominação regional atribuída a vegetação periodicamente alagada próxima aos lagos ou rios

feitas com trigo ou fubá e até casca de pau ou sacolas plásticas. O termo fio de abelha (filho=larva= larvas de abelhas) também é observado por Marques (2001) em seu trabalho com os brejeiros de marituba, no nordeste brasileiro. A diferença é que os brejeiros utilizam a abelha “arapuá” e os retireiros a abelha “oropa”. Para a captura do tucunaré basta colocar um pedaço de sacola plástica branca (sacola de compras) no anzol, jogar e puxar o anzol na água (bater o anzol na água). A carne é pouco usada como isca por causa das piranhas, peixe carnívoro, abundante no rio Araguaia e pouco consumido pela população, sendo utilizada eventualmente em caldos – caldo de piranha.

Dependendo da espécie ou da época do ano utilizam estratégias diferentes de pesca. O uso da canoa é a prática mais utilizada entre os retireiros. Com ela o retireiro pode chegar a diversos lugares, inclusive ficar parado no meio do rio ou lagos. Outra forma muito utilizada é a pesca de barranco, esta acontece mais no rio que nos lagos. Para a pesca do pirarucu utiliza-se uma única estratégia: dentro de uma canoa, no meio do lago, armado com um arpão, o pescador fica à espera do peixe. Quando ele bóia atira-se o arpão. O pirarucu, por ser um peixe de tamanho e peso elevado, tem a necessidade de respirar fora d’água.

Os retireiros pescam para seu consumo e de sua família diferentes espécies de peixes. Os mais consumidos são os peixes de escamas. Para eles os peixes de couro (bagres), não possuem o mesmo valor nutritivo, além de serem considerados reimosos.

O consumo de peixes também está relacionado ao período do ano. Tudo na vida do retireiro é movido pela sazonalidade. Assim o tipo de pescado também varia de acordo com a época do ano. No período de verão (seca) o peixe mais consumido é o tucunaré. Já no inverno (período chuvoso), há outras espécies consumidas como o piau, pacu, dentre outras.

Quadro 2. Principais peixes utilizados pelos retireiros*

Nome	Habitat	Utilização	Época do ano	Tipo de isca
Arraia	Margens de Lagos e rio	Medicinal	Ano todo	carne
Barbado	Lagos e rios	Alimento	Ano todo	Carne ou milanga
Cachara	Rios e lagos	Alimento	Ano todo	Carne, peixes ou milanga
Caranha	Rios e	Alimento	Mais no	frutos

	lagos de água limpa		inverno	
Curvina	Rios e lagos	Alimento/ medicinal	Ano todo	Carne ou milanga
Matrinchã	Rios e lagos	Alimento	Ano todo	frutos
Pacu	rios	Alimento	Ano todo	frutos
Piabanha	Rios ou grandes lagos	Alimento	inverno	Frutos ou peixes
Piau	rios	Alimento	inverno	Frutos e pequenos peixes
Pintado	Rios e lagos	Alimento	Ano todo	Pequenos peixes
Pirarara	rios	Alimento	Ano todo	Carne e peixes
Pirarucu	lagos	Alimento/ artesanal	Mais no verão	peixes
Piranha	Rios e lagos	Alimento	Ano todo	Carne e peixes
Tucunaré	lagos	Alimento	verão	Peixes, casca de pau, sacolas plásticas.

** Ver lista de espécies de peixes em anexo 4.*

1.2. O CONHECIMENTO SOBRE A FLORA LOCAL

A economia dos retireiros depende basicamente da flora local. As gramíneas nativas que crescem nas áreas de várzea no período de estiagem constituem o alimento consumido pelo gado durante um período de mais ou menos oito meses, sendo este o motivo de existência e sobrevivência da Comunidade. Além das pastagens a flora local está presente diariamente na vida do retireiro.

Todos os retireiros entrevistados fazem uso de plantas nativas de diversas formas (Quadro 3). Usam para construção de casas, cerca, curral (figura 8), utilizam como medicinal, como alimento, para confeccionar cabo de enxada, foice, machado, como combustível de fogão para o cozimento de alimentos, como isca e como acessório de limpeza.

Figura 8. Construção de casa, cerca, porteira e curral com vegetais nativos.

O conhecimento da utilização desses vegetais é transmitido internamente entre os membros da comunidade através da oralidade e no decorrer das atividades diárias. Este conhecimento vai além dos mecanismos de uso e está associado também a mecanismos de conservação da flora local como garantia da sobrevivência desta população. Este fato é apontado por Bortolotto & Guarim Neto (1998, p.26), quando afirmam que “nas comunidades tradicionais, a utilização das plantas está associada, na maioria das vezes, com sua conservação, uma vez que disso depende a sobrevivência dessas comunidades”.

O conhecimento tradicional sobre os vegetais é uma das grandes riquezas de populações tradicionais. Portanto, o estudo desse conhecimento, denominado etnobotânico, precisa ser amplamente divulgado nos meios acadêmicos para a sua valoração e reconhecimento. A respeito de estudos etnobotânicos, Posey (1996) afirma que este pode servir para propiciar novos usos de plantas existentes, até então desconhecidas pela ciência moderna. Para este autor os povos tradicionais usam de alguma forma, cerca de 75% de todas as espécies existentes enquanto que apenas aproximadamente 2% é explorado economicamente na Região Amazônica.

1.2.1. As Plantas nativas e as diferentes formas de uso

Para a produção de remédios, tanto para a população quanto para os animais, os retireiros utilizam inúmeras espécies de plantas nativas. Dentre esses vegetais os que mais se destacam são: pau-doce, inharé, jurubeba, piaçava, gervão, capim de vereda, candeia, manacá e guatambu. Além desses vegetais a população faz uso de outras plantas medicinais encontradas em áreas fora da comunidade dos retireiros.

Guarim Neto & Moraes (2003) corrobora com essa discussão afirmando que a relação entre o ser humano e a flora medicinal é bastante forte e aparece em diferentes momentos da vida cotidiana. Afirmam ainda que o uso de plantas medicinais nativas da flora tropical por populações ribeirinhas pode servir de instrumento para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Os retireiros conhecem muitas plantas nativas usadas como alimento. De quase todas essas plantas utilizam apenas o fruto como abacaxi-do-campo, araticum, bacaba, baru, buriti, caju-do-cerrado, coco-babaçu, inharé, jatobá, jenipapo, mangaba, murici, oiti, pequi, curriola e cagaita. Somente um retireiro citou a utilização do palmito de babaçu como alimento.

Embora percebe-se que nos aspectos culturais do povo retireiro haja uma ligação forte com a religiosidade, bem como com a simbologia e o misticismo, disseram não fazer uso de nenhuma planta com especificidade ritualística. Citam, no entanto, que conhecem várias plantas que têm poderes sobrenaturais para purificar o ambiente e trazer sorte para a família e que a maioria das plantas medicinais para a efetivação da cura necessita de acompanhamento místico como orações e fé. As plantas citadas como purificadoras do ambiente (espantar mau-olhado) não são nativas do local e esta crendice já não é tão forte como no passado, como pudemos perceber com um retireiro:

“O povo mais velho diz que arruda é boa pra espantá mau-olhado” (J. E., 25 – retireiro).

Esta referência ao saber do passado mostra que os membros mais jovens da comunidade não assumem este conhecimento, colocando em dúvida a sua veracidade.

A negação da cultura se manifesta não apenas no conhecimento sobre vegetais, mas também no conhecimento sobre animais, ambiente físico e a respeito do mundo simbólico, marcado pelas crenças e mitos. Esta negação, embora ainda pequena, aparece com mais ênfase à medida que os indivíduos assumem comportamentos e valores da sociedade moderna.

Nas construções e fabricações de utensílios domésticos (artesanatos) os retireiros fazem uso de um grande número de vegetais. Essas construções e as fabricações de artesanatos vão desde a própria casa até objetos como concha de madeira para utilizar na cozinha. Na produção de artesanatos é grandemente empregado o sarã, planta muito comum nas margens de lagos e rios da região e que tem uma consistência leve possível de ser trabalhada (moldada). Para a construção de casas utilizam o landi, canjerana e piaçava. O landi e a canjerana são utilizados para a construção de toda a estrutura da casa, como pilares, paredes e teto e as folhas de piaçava são utilizadas para a cobertura. O curral e porteiras são construídos com landi, canjerana, candeia e cega-machado, enquanto que a cerca é feita com a madeira de landi seca. O landi é uma madeira abundante na região, típica de regiões periodicamente alagadas, atribuindo a ela inúmeras finalidades, inclusive na construção de canoa:

“O landi tem demais aqui. É a que mais usa aqui pra cerca, curral, pra fazer casa, canoa..., canjerana e a palha de piaçaba todo mundo tira também. O landi é resistente porque é do varjão mesmo, onde tem varjão tem ele, ele dura mais aqui por causa disso. É a madeira mais usada nessa área” (D. E., 56 – Retireiro).

Modo de construção semelhante é encontrado em diversas regiões do país. Cândido (2001 p.48) descreve o modelo das casas dos caipiras do interior de São Paulo: “sua casa é um abrigo de palha, sobre paredes de pau-a-pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo”.

Além dessas construções os retireiros utilizam as plantas nativas como o guatambu e o cega-machado para confeccionar cabo de enxada, machado e foice. Outra utilização das plantas nativas citadas pelos retireiros é para a queima em fogão a lenha no preparo de cozimentos. Há ainda retireiros que utilizam a folha de sambaíba como assessório para limpeza de vasilhas de alumínio e ferro, em substituição à palha de aço.

Entre os retireiros não há registro de plantas nativas utilizadas para ornamentos. Não há entre eles a preocupação de “enfeitar” as casas dos retiros onde dificilmente encontra-se uma flor cultivada:

“Ah, isso aí é para as casas da cidade, as mulher que gosta de cuidá disso, aqui nem adianta plantá porque no inverno vai acabá tudo, mas no campo tem muita flor bonita” (J. E., 25 – retireiro).

Neste relato pode-se perceber que nos retiros o trato com plantas ornamentais é tarefa dedicada à mulher e a não presença constante delas nos retiros (tendo que se dividir entre a casa da cidade e a do retiro) pode influenciar na ausência desses vegetais nestas áreas.

Nota-se que as plantas nativas citadas pelos entrevistados e suas diversas formas de utilização fazem parte do cotidiano da população da Comunidade dos Retireiros do Araguaia, percebendo uma estreita relação de dependência desses povos em relação aos vegetais.

Quadro 3 – Principais plantas nativas citadas pelos retireiros*.

Vegetal	Parte utilizada	Construção	Medicinal	Alimento	Outros**
Abacaxizinho	fruto			x	
Araticum	Fruto			x	
Bacaba	Caule, fruto	x		x	
Barbatimão	Casca		x		
Baru	Fruto			x	
Buriti	Fruto, palha	x	x	x	x
Cagaita	Fruto			x	
Cajui	Fruto, casca		x	x	
Candeia	Caule, casca	x	x		
Canjerana	caule	x			
Capim-vereda	folha		x		
Coco babaçu	Fruto, folha	x		x	
Curriola	Fruto			x	
Guatambu	Casca, Caule		x		x

Inharé	Fruto, raiz, casca		x	x	
Jatobá	Fruto, casca		x	x	
Jenipapo	Fruto		x	x	x
Jurubeba	Fruto		x		
Landi	Caule	x			
Manacá	Raiz		x		
Mangaba	Fruto			x	
Murici	Fruto, caule			x	x
Oiti	fruto			x	
Pata-de-vaca	Folha		x		
Pau-doce	Caule, casca		x		
Pequi	Fruto, folha, casca, raiz		x	x	x
Piaçava	Folha	x	x		
Sambaíba	Raiz, folha		x		x
Velame	Raiz		x		

* Ver lista de espécies de plantas em anexo 2.

**Outros está relacionado à fabricação de cabo de enxada, foice, machado, artesanatos e para queima.

1.3. O SABER SOBRE O AMBIENTE FÍSICO

Além do conhecimento sobre o ambiente natural, os retireiros são detentores de um enorme conhecimento sobre o ambiente físico. A vida no retiro só se tornou possível graças ao conhecimento do meio físico e natural que o retireiro construiu através dos tempos. Dessa maneira ele conseguiu compreender a teia de relações estabelecidas entre os componentes bióticos e abióticos do sistema do qual faz parte. Não seria possível caçar, pescar, tirar palha, madeira ou mesmo pastorear o gado se não tivessem domínio do conhecimento sobre o solo, o clima, os períodos de chuva e seca.

1.3.1. O Saber sobre o solo, clima e sazonalidade

Para o retireiro, o solo do varjão, embora ácido e arenoso é bastante rico em matéria orgânica, resultado dos ciclos de chuva e seca ocorrentes na região. Após a cheia fica uma camada de matéria orgânica depositada no solo através das águas (figura 9). É, segundo os retireiros, essa matéria que dá vida ao capim que servirá de alimento para o gado.



Figura 9. O mesmo ambiente nos dois períodos sazonais: verão e inverno Fonte: Silva, 2001

Sendo a criação de gado, a base da economia dos retireiros, poucas famílias desenvolvem a agricultura. Esta por sua vez não seria possível mais de um ano consecutivo, pois a camada de nutrientes depositada no solo pelas chuvas não suportaria o manejo. As poucas plantações existentes nos retiros comprovam a fragilidade do solo. Os retireiros sabem também da capacidade de suporte do solo e que o pisoteio de animais pode provocar compactação impedindo o desenvolvimento das gramíneas. Por isso evitam cercar as pastagens, permitindo que o gado circule num espaço maior evitando a concentração.

“O solo do varjão é fraco. Só dá nos primeiros anos, depois só com adubo. Uns pranta alguma coisa, mas é pouca: mandioca, feijão trepa-pau, alguns pé de fruta, um pouco de milho, arroz. Isso é mais no final do verão quando começa entrar o inverno” (B. P. S., 67 -Retireiro).

Conforme Morán (1990) os solos dos cerrados são geralmente ácidos, altamente lixiviados e deficientes em importantes nutrientes. Isso levou os habitantes do cerrado a desenvolverem formas próprias de manejo do seu ambiente, manejo este geralmente acompanhado de conservação dos recursos naturais para o sustento da população.

Para aos retireiros o verão e o inverno apresentam características diferentes das comumente aceitas pela literatura. De acordo com o saber local as estações do ano se baseiam em duas: verão e inverno. Verão é o período seco que geralmente vai de maio a novembro e inverno é compreendido pelo período chuvoso que vai de dezembro a abril. O conhecimento que possuem acerca dos dois ciclos geoclimáticos é que permite o desenvolvimento de atividades e movem a vida nos retiros.

Quando as chuvas param é início do verão (geralmente acontece em maio) e é o momento que o gado começa a descer das partes altas à procura das pastagens do varjão (parte baixa). O ritual de descida do gado é compartilhado por todos da comunidade. É um momento de muito trabalho, pois há a necessidade de preparar o retiro para receber o gado e para o retireiro viver por mais ou menos oito meses. Reconstruir curral, barracos, cercas, contratar vaqueiros, são algumas das tarefas neste momento de volta ao retiro.

No verão é o período de atividade no retiro. É nesse período que o gado fica solto e necessita dos cuidados dos vaqueiros. Além da lida com o gado, no verão é época de retirar palha de piaçava e diversas madeiras utilizadas na construção de casas, cerca e curral. Neste período também há um cuidado redobrado com a utilização do fogo, pois a

vegetação se encontra seca e qualquer descuido pode provocar um incêndio, destruindo toda a pastagem.

No inverno inicia-se a retirada dos animais, retirando-se também toda a população e seus pertences. As casas ficam vazias. Poucas famílias se aventuram a permanecer no local.

A vida no retiro permitiu ao retireiro obter ao longo dos anos um profundo conhecimento sobre a instabilidade do tempo, graças a observações diárias realizadas por toda a vida e passadas de geração em geração. De acordo com o saber tradicional da comunidade é possível o retireiro prever se vai chover, estiar ou fazer frio ou ainda se o inverno e o verão serão rigorosos ou não. Estas previsões, geralmente são associadas a comportamentos de animais, minerais ou fenômenos naturais. Como exemplo tem-se as formigas saindo do formigueiro, as aves cantando ou voando a certa direção ou altura, pererecas coaxando, larvas de insetos à beira do rio ou lagos, a posição da lua.

“Quando a lua ta torta com a curva virada para cima é que vai chover. Outro jeito de saber se vai chover ou dá sol é quando tem círculo na lua. Se o círculo tiver longe é chuva perto e se tiver perto é chuva longe. Nós também vê se vai chove através do sal. Sal pingando é sinal de chuva. Canto de pássaro ou revoada de qualquer pássaro é sinal de chuva. Cupim também quando cria asa é que vai chover. Quando o céu ta escamento é chuva na certa”. (D. E., 56 – retireiro)

Morán (1990) mostra que os caboclos da Amazônia também observam tais fenômenos como o comportamento dos marrecos, mergulhões, patos e outros pássaros aquáticos para indicar a oscilação dos níveis de água. A chegada dessas espécies nas praias antes das chuvas caírem nas florestas é sinal de chuvas fortes em breve.

Todo esse saber permite ao retireiro (e às populações tradicionais) a realização de suas atividades sem prejuízos frente aos fenômenos físicos e naturais. Ao mesmo tempo lhes permite criar estratégias de conservação da natureza, garantindo-lhe um ambiente saudável e fonte de subsistência para toda a população e para as futuras gerações.

CAPÍTULO III

1 – O PROCESSO EDUCATIVO NA COMUNIDADE DOS RETIREIROS

“A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferências de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado” (Brandão, 2002, p.13).

O processo educativo na Comunidade dos Retireiros do Araguaia se dá tanto em espaços escolarizados (educação formal) como nos espaços não-escolarizados (educação informal e não-formal) e é marcado pelas lutas de resistência para se manterem neste ambiente. Esses dois mecanismos de aquisição e socialização do conhecimento garantem aos povos desta comunidade a sobrevivência e a esperança de dias melhores. Brandão (2002) contribui com esta discussão quando afirma que a educação adquirida no espaço escolarizado sempre coexistiu com a educação não-escolarizada. O autor ilustra esta informação citando o exemplo da educação familiar (educação não-escolarizada) que na maioria das vezes é suporte importante para o sucesso do indivíduo na educação escolarizada.

Os constantes conflitos vivenciados pela população da região Norte-Araguaia fortaleceram esses povos para a prática de luta coletiva na busca e efetivação de seus direitos. Albuquerque (1995) comenta que boa parte da população da região Norte Araguaia “carrega uma larga experiência de luta organizada e de ações nas soluções de seus problemas”.

Além das lutas sociais, para o retireiro a produção do saber está associada às relações estabelecidas entre este e os primeiros habitantes do lugar, os povos indígenas.

Os ciclos sazonais que definem o modo de vida desta população consolidam o processo educativo informal, permitindo-lhes adquirir um vasto conhecimento das características desse ambiente, garantindo a sua sobrevivência e de seus familiares.

Para as comunidades tradicionais o aprendizado de que necessitam para se manterem no local acontece pela prática cotidiana, no fazer das atividades e pela coletividade das ações. O saber e o fazer estão intimamente ligados na aquisição e socialização do conhecimento. Nesse sentido, a socialização desse conhecimento, se dá pela oralidade e o seu registro é mental, de acordo com aspectos culturais de cada grupo ou família.

Na Comunidade dos Retireiros (e na maioria das populações tradicionais) observa-se que a família exerce grande influência na educação, podendo considerá-la como componente educacional de maior expressão, advindo dela os valores sociais e profissionais. Prova disso é a atribuição aos familiares o conhecimento adquirido sobre o ambiente local e a preocupação em repassá-lo aos descendentes. Este conhecimento entendido como educação informal é responsável pelas ações de socialização dos indivíduos no desenvolvimento de atividades diárias.

Para Lima (1984) esses conhecimentos estão relacionados aos benefícios que podem ser extraídos do ambiente sendo estes relacionados ao uso dos recursos da flora, fauna e recursos minerais. Para essa autora a educação informal tem um papel importante na integração do homem com o ambiente, reforçando a posição de que os conteúdos sobre meio ambiente devem emergir do processo de interação homem/ambiente. Essa interação é possível ser observada na Comunidade dos Retireiros do Araguaia evidenciando uma educação ambiental informal que garante a preservação do ambiente natural para o sustento da população.

Sobre este saber ambiental Furtado (1993 p.199) escreve:

“O conhecimento do ambiente em que vivem e a habilidade para fazer as coisas para utilizar esse ambiente, à medida que vão sendo transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos do povo no seio do qual são desenvolvidos”.

Esses conhecimentos são construídos em dois espaços diferentes que de algum modo se interagem: o espaço não-escolarizado, que compreende a educação informal e não-formal e o espaço escolarizado, compreendido pela educação formal.

1.1. A educação no espaço não-escolarizado

O conhecimento adquirido no espaço não-escolarizado (educação não-formal e informal) é que garante a manutenção da vida do retireiro no ambiente em que vive.

O processo educativo não-formal tem fortalecido a organização da Comunidade sendo manifestado por meio da Associação de Produtores, pelo rádio, Ibama (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis) e Fema (Fundação Estadual de Meio Ambiente). Esses organismos têm contribuído para garantir o direito de cidadania desses povos aliviando as pressões que a população vem sofrendo com as mudanças sócio-econômicas e culturais.

Conforme Gohn (2001), o objetivo principal da educação não-formal é a formação da cidadania e acontece na coletividade. Ainda comenta que este modelo de educação é intencional e surge como alternativa para classes populares se organizarem na luta por direitos sociais. Inúmeras organizações como sindicatos, associações, partidos políticos e igrejas foram responsáveis pela implantação da educação não-formal e pela promoção da mesma em diversos segmentos da sociedade. Na região do Araguaia e na Comunidade dos Retireiros, a igreja católica regional (Prelazia de São Félix do Araguaia) na pessoa do bispo D. Pedro Casaldáliga, exerceu grande influência nas lutas sociais. Além de atuar diretamente nas tomadas de decisões contribuiu também na formação de lideranças para atuarem nas frentes populares de lutas por direito e cidadania, cumprindo assim o objetivo da educação não-formal.

De acordo com Escrivano (2000), Casaldáliga chegou à região em 1968, período de forte tensão social no Araguaia, principalmente de fazendeiros contra posseiros e indígenas, pela posse de terras. Desde então, desenvolveu uma estreita relação com os povos indígenas e comunidades ribeirinhas, assumindo junto a estes uma luta por direito à terra, trabalho, cidadania e um ambiente saudável. Para tanto organizou entidades específicas que pudessem atuar nas diferentes questões como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estas entidades e diversas outras atuações de Pedro Casaldáliga em favor dos trabalhadores garantiram-lhe reconhecimento internacional.

A atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia ainda continua nos dias atuais e é aliada importante dos retireiros, ribeirinhos e povos indígenas em suas reivindicações e no processo educativo tanto na educação formal (na implantação e acompanhamento de centros de ensino fundamental, médio e superior) quanto não-formal (na criação e atuação de entidades não-governamentais).

Além do conhecimento não-formal adquirido em espaços não-escolarizados, os retireiros adquirem um conhecimento que é próprio de sua cultura, aqui denominado de educação informal. A educação informal é construída no seio da cultura local e registrada apenas na memória do povo. Este conhecimento é transferido para as gerações, geralmente por familiares ou pessoas próximas, através do convívio diário: na ação de vaqueirar, de pescar, de caçar, de coletar madeira, de construir casas, no cultivar dos vegetais ou na engenhosa observação do tempo e dos fenômenos naturais. A família e as formas de organização social são grandes responsáveis por este modelo de educação.

Brandão (2002) faz referencia ao modelo de educação informal denominado por ele de educação não - intencional:

“A educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens” (Brandão, 2002, p.10).

O aprender ou o ensinar no cotidiano da comunidade não acontece intencionalmente, mas necessariamente. É a necessidade de se manter no ambiente, geralmente marginal, que garante o aprendizado dos grupos sociais de comunidades tradicionais. Não há vontade de ensinar ou de aprender. Há, no entanto, a necessidade de ensinar e aprender e essa necessidade é manifestada sem intenção tanto por quem ensina como para quem aprende. Esta necessidade de aprender pela sobrevivência é percebida no depoimento de um retireiro:

“Aqui todo mundo aprende na lida. Ninguém aprende na escola não é aqui mesmo. É veno os mais velho fazê as coisa e a gente vai aprendeno. Tem que sabê né, se não como vai vivê aqui?” (D. E., 56 – retireiro).

O processo de aquisição e transmissão desse conhecimento é um processo histórico e manifestado pela cultura. A interação entre os retireiros e destes com o ambiente, além de

perpetuar os saberes antigos promove a construção de novos saberes, garantindo a sobrevivência da população e a conservação dos recursos naturais, frente às transformações ambientais e sociais por que passa a comunidade. Este saber, de acordo com Lima (2004), poderá ser um instrumento para reflexão nos mais variados espaços escolarizados, inclusive para própria comunidade.

1.2. A educação no espaço escolarizado

A educação que ocorre nos espaços escolarizados é denominada por Gohn (2001) de educação formal. Este modelo de educação se caracteriza por apresentar com objetivo e público definidos e métodos e regras previamente estabelecidos. Acontece em espaços físicos preparados (denominados escolas) e com executores especializados para tal finalidade (professores). Embora não leve em conta a realidade de todos os grupos sociais, a educação formal atua como mecanismo de perspectiva para dias melhores para as populações marginais como as comunidades tradicionais.

Para uma população tradicional, a escola ocupa um lugar importante em seu plano de vida, onde se esforça para manter seus filhos com a intenção de que terão melhor qualidade de vida. Para os membros de uma comunidade tradicional escolarizar os filhos significa livra-los das dificuldades da zona rural. A Comunidade dos Retireiros do Araguaia não foge à regra. Todos os filhos de retireiros freqüentam a escola:

“Quem num vai pra escola vai virá retirero. Aqueles que vai estuda fica por lá, esquece tudo e nem sabe mais lida no retiro. Os que num estuda vira retirero. Desde cedo aprende tudo no retiro. A escola ensina outras coisa pra si formá” (B.P. S., 67 – Retireiro).

Esta afirmação lembra um trecho de uma carta de um chefe indígena, citado por Brandão (2002) recusando a proposta de enviar os jovens índios para estudar em escolas dos brancos:

“Muitos dos nossos guerreiros foram formados nas escolas do norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas quando voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome, Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir

uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros” (Brandão, 2002, p. 08).

Para os retireiros, os filhos não aprenderam na escola (educação formal) o saber de que precisam para viver no retiro e sim como eles, fora da escola, nas atividades diárias e na necessidade que as condições de vida lhes impõem (educação informal). No entanto, há a necessidade de uma preparação para o futuro incerto da vida do retireiro, ou seja, nova garantia de sustento que advém da educação formal, a formação escolar. Esta formação é entendida pelos retireiros como aquisição de outras habilidades que não as do cotidiano da vida nos retiros.

Educação para os retireiros não é a mesma coisa que ter estudo. Para eles educação é o aprendizado que adquirem na vivência do dia-a-dia com os pais ou com os mais velhos, estando relacionada ao comportamento moral (respeito), dedicação ao trabalho e a família. Ter estudo significa conhecer as “técnicas” de viver na cidade, aprender uma profissão e usufruir as regalias de uma vida moderna. Este fato é apresentado por um retireiro quando perguntado intencionalmente como é a educação do povo retireiro:

“O povo aqui tem muita educação. Vive bem uns com os outros, é todo mundo unido. Os mais velho aqui quase ninguém tem estudo” (D. E., 56 – retireiro).

No retiro não há escolas. Os filhos dos retireiros estudam nas escolas da cidade. A educação formal que recebem é uma educação cidadina, onde prepara o indivíduo para uma vida na cidade, no caso dos filhos dos retireiros, prepara-os para deixar o retiro e viver na cidade se ocupando de outras atividades. Embora pareça contraditório, percebe-se nos depoimentos colhidos que é justamente isso que os retireiros querem para seus filhos e é com este pensamento que se esforçam para mantê-los na escola, proporcionando-lhes um meio mais seguro de sustentar a vida:

“Tem que se formar pra alguma coisa, porque o estudo é garantido, ninguém tira. Agora o retiro eu não sei o que vai ser daqui algum tempo” (M. S. 59 - retireiro).

Isso nos leva a crer que embora os retireiros tenham um vasto conhecimento do ambiente e sabem lidar com o regime de inverno e verão, parecem ainda não se sentirem seguros neste ambiente. São muitas vezes desestimulados a viver nos retiros pelas interferências culturais e econômicas do mundo de fora e as constantes ameaças por fazendeiros que tentam ocupar o espaço.

Apesar dessas provocações do “mundo de fora”, a forma de organização social, do trabalho grupal e do uso em comum dos recursos naturais pela comunidade permitiu que o conhecimento fosse socializado e que exista uma forte resistência em manter pelo menos os mais velhos no ambiente:

“Todo mundo ajuda aqui. Um cuida do gado do outro. Vai todo mundo pro campo. Às vezes vai junto. Mais sempre é em grupo. Um depende do outro. A comida é da rua e daqui mesmo. Muitos faz roça, planta uma verdurinha, pesca pra comê... mas a maioria é a carne e a pesca. E também a tartaruga...é uma das carne que o pessoal mais gosta” (D. E., 56 – Retireiro).

Esta manifestação de união e organização entre os retireiros sustenta a teia de relações e em consequência garante a socialização do saber.

Os processos educativos instalados na comunidade (educação informal, não-formal e informal) embora pareçam dissociados, estão intimamente ligados, garantindo aos retireiros a conservação cultural e ambiental, a manutenção da vida no ambiente e a esperança de dias melhores para todos os membros da comunidade.

Este fato é percebido nas entrevistas e em conversas com os retireiros mais velhos. Percebe-se que tanto o processo escolarizado como o não-escolarizado são fundamentais na vida da comunidade. É através da educação não-escolarizada que se mantêm no retiro e adquirem o seu sustento e é através da educação escolarizada que sonham com dias melhores para seus filhos. A escola para eles não é algo negativo, pelo contrário, é motivo de esperança e de certezas de um futuro promissor para seus descendentes. Os mais jovens, no entanto, vivem de incertezas quanto ao valor da educação formal. Acreditam apenas que é importante saber ler e escrever (o que já sabem), mas que não lhes permitem ganhar dinheiro e entrar no mundo moderno.

2 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Educação para a vida

“Educar-se é impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana”. (Francisco Gutiérrez)

2.1. Um Modelo de Conservação Ambiental

O estudo da relação entre educação e meio ambiente se faz necessário no contexto vivido pelos Retireiros do Araguaia. Embora nos retiros não haja diferença entre educação ambiental e educação propriamente dita, faz-se necessário perceber a relação entre o processo educativo instalado na comunidade e a conservação dos recursos naturais. Conservar os recursos naturais para os retireiros não é luxo, não é missão e nem mesmo uma ação política de interesses. É uma atitude necessária para garantir a sobrevivência da população. Essas atitudes podem ser compreendidas como uma ação de educar para o meio ambiente, como garantia de qualidade de vida, caracterizando-se como educação ambiental informal.

Nas Comunidades tradicionais a conservação ambiental está intimamente relacionada à qualidade de vida da população. Para tanto, é necessário que haja um desenvolvimento sócio-econômico sustentado e estável que leve em consideração as interações existentes entre a humanidade e a natureza.

Storey (1998) corrobora com essa discussão quando diz que “a Educação Ambiental precisa desenvolver-se dentro de sua realidade e da sua condição regional e global e, conjuntamente com a população, elaborar seus próprios programas”. No entanto, para que esses programas se efetivem, é preciso conhecer o cotidiano das pessoas, suas representações, sua cultura, sua sociedade, sua situação econômica, histórica e religiosa. Com isso pode-se buscar soluções aos problemas sócio-ambientais num plano de ação conjunto e, dentro desse tentar melhorar as relações entre seres humanos e a natureza e os seres humanos entre si.

A educação ambiental instalada na comunidade dos Retireiros é inerente ao modo de vida da população, sendo manifestada nas atividades do cotidiano e podendo servir de base para discussões sobre conservação ambiental em sociedades modernas. Nesse sentido Reigota (1994) afirma que o que deve ser considerado prioritariamente são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e a relação dos homens entre si. O que move esta

relação é a capacidade de diálogo entre as gerações e culturas, tendo como resultado uma Educação para o Meio Ambiente ou simplesmente Educação Ambiental.

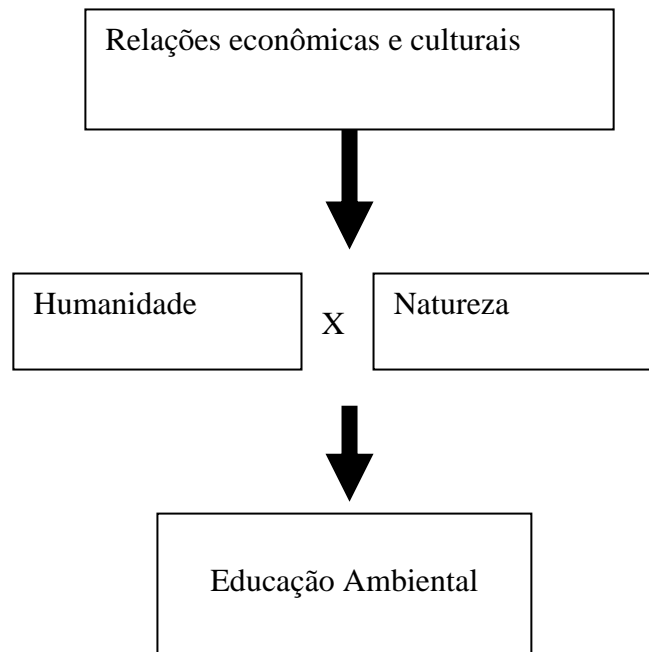


Figura 10 - Relações estabelecidas no processo de educação para o meio ambiente

Ao tratar de Educação Ambiental, Reigota (1996) enfatiza que esta deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais com a natureza. Para este autor a educação ambiental deve ser entendida como uma filosofia da educação que tem por objetivo a formação do cidadão, capacitando-o para a utilização racional dos recursos naturais e agindo nas tomadas de decisões da comunidade. Nos retiros o conhecimento acerca dos fenômenos e recursos naturais e sua relação com os mesmos, levam o indivíduo à além de uma utilização racional dos recursos disponíveis, lutar por cidadania que é a conquista do direito de permanecer no seu ambiente, garantindo a sua sobrevivência e de seus familiares.

A vida na Comunidade dos Retireiros é garantida pelas relações harmônicas estabelecidas entre a população e o ambiente, num processo de educação ambiental informal, em espaços não-escolarizados. O sujeito ambientalmente educado é um sujeito

preparado para a resolução dos problemas ambientais de sua realidade. “Os problemas ambientais foram criados por homens e deles virá a solução” (Reigota, 1994).

Os grupos étnicos, de acordo com Artunduaga (1998), possuem valores cuja importância transcende os estreitos limites de uma região ou grupo e tem um significado profundo para a humanidade. Nesses grupos os diversos meios de adaptação ambiental formam parte de um grande acervo cultural que não pode ser ignorado. Este acervo compreende indicadores de uma relação sem grandes conflitos com a natureza, servindo, portanto, como indicadores de educação ambiental.

2.2. Indicadores para Educação Ambiental em espaços não-escolarizados

O modelo de utilização dos recursos naturais e as manifestações culturais desenvolvidos pelos Retireiros do Araguaia podem ser compreendidos como indicadores de Educação Ambiental para a sociedade “não tradicional” em espaços formais de ensino. Este componente educativo ambiental é percebido nas relações entre os membros da comunidade e os recursos da natureza:

“Aqui ninguém derruba o mato, só as vez pra faze uma rocinha. Num cerca, num queima, se não como é que vai vive né?...todo mundo caça ou pesca só pra come, né”? (R. S., 40 - retireiro).

Experiências como estas são comuns em diversos lugares do Brasil. Carvalho (1995) afirma que no Brasil há inúmeras experiências de populações que manejam de forma sustentável o seu entorno. Diante disso, é preciso situar o processo educativo ambiental como aspecto importante nos mecanismos de conservação e que considere as relações sociais e ambientais nas tomadas de decisões políticas. Assim a educação ambiental pode e deve se articular na construção de novas bases éticas, políticas e ambientalmente sustentáveis para as interações entre sociedade e natureza. Deve acima de tudo promover o desenvolvimento de hábitos e atitudes que garantam a conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano de vida das populações e de toda a sociedade.

Para que isso seja concretizado a educação ambiental deve tornar-se um processo de aprendizagem constante não tendo um modelo ou uma fórmula própria. Ela acontece no

seio de cada grupo social do jeito que cada cultura possa expressar, ou seja, nas atividades práticas do cotidiano de cada povo, no fazer as atividades, nas relações com as pessoas e seres, nas relações com o ar, água, com o solo.

Este modelo de educação aqui descrito e vivenciado na Comunidade dos Retireiros do Araguaia não se esgota apenas nas relações com a natureza, mas na forma de organização social, política e econômica ali estabelecida. Torna-se um modelo educativo sustentável, pois há uma interação entre os processos educativos formal, não-formal e informal, ocorrendo num processo permanente em que os sujeitos tomam consciência de seus valores e competências tornando-os aptos a resolver os problemas relacionados ao meio ambiente.

Guimarães (1995) sustenta essas informações argumentando que a Educação Ambiental apresenta-se como uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores na construção de um novo paradigma que contemple as aspirações populares de melhor qualidade de vida e um mundo ambientalmente sadio.

A Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é descrita por Sato (2003) afirmando que esta se manifesta como um processo de aprendizagem permanente que fomenta valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica.

Essas transformações, manifestações do resultado desse processo educativo voltado para o meio ambiente, são evidenciadas na Comunidade dos Retireiros frente aos problemas ocorridos e as relações estabelecidas. As tomadas de decisões são coletivas evidenciando a relação de dependência e organização entre os membros da comunidade.

Essas estratégias além de garantir a conservação dos recursos ambientais garantem também a sustentabilidade da comunidade, demonstrando assim um modelo de educação ambiental, de caráter permanente, que promove a consciência ecológica de todos os membros da comunidade.

Guarim Neto & Moraes (2003) apontam a Educação Ambiental como elemento que integra os conteúdos veiculados, agindo como agente de informação e transformação. Para tanto, os autores propõem atividades de Educação Ambiental com a utilização de recursos da flora medicinal nativa interligando diferentes disciplinas em seus conteúdos programáticos.

Sendo assim, as atividades desenvolvidas e vivenciadas pelos retireiros, são aqui apontadas como indicadores para Educação ambiental (Quadro 4), podendo ser utilizadas

como subsídio para trabalhar a compreensão dos ecossistemas e a conservação ambiental no ensino formal.

Quadro 4. Indicadores para Educação Ambiental

1. Atividades de Pastoreio e trato com o rebanho nos retiros
2. Retirada do rebanho das áreas alagadas para as partes altas
3. Retorno do rebanho para os retiros
4. Pesca individual e em grupo
5. Caça para obtenção de alimento, remédio ou para defesa dos humanos ou rebanho
6. Coleta de vegetais para alimento, remédio, construção ou artesanatos
7. Construções de curral, cerca, casa
8. Previsão do tempo, geralmente realizadas pelos mais velhos
9. Mitos e lendas contadas, principalmente pelos mais velhos
10. Festas folclóricas (bumba-meu-boi)
11. Acampamentos e acompanhamento aos turistas

CAPÍTULO IV

1. O FUTURO DOS RETIROS E DOS RETIREIROS

“Malditas as vossas cercas, homens sem escrúpulos, abortos da Mãe Terra! Malditas as cercas em que vos encurralais para criar barriga como porcos cheios de banha, e vos envolveis com títulos e arame para excluir os irmãos e seus filhos seus mortos, do direito à terra e ao trabalho...” (D. Pedro Casaldáliga)

Diante do avanço tecnológico que chega à Comunidade dos Retireiros é possível perceber que ainda conseguem manter-se atrelados aos costumes e tradições, embora aos poucos absorvam os recursos oriundos da modernidade (figura 11).

Para os retireiros a aquisição de bens de consumo móveis ou a utilização de produtos industrializados na alimentação, medicina ou máquinas para o desenvolvimento de atividades reflete apenas um ajustamento da estrutura organizacional da comunidade à nova exigência da economia moderna. Para a população é uma transformação necessária para que não sejam excluídos do mercado ou da possibilidade de ascensão social.

No entanto, o que ameaça o futuro dos retiros e retireiros é o avanço da fronteira agrícola do Estado. A agricultura tem ocupado as terras altas, destruindo as pastagens e consequentemente deixando os retireiros sem ter onde colocar o gado no período chuvoso.

Sobre o futuro da Comunidade percebe-se divergências nas falas, como pode-se perceber nos depoimentos abaixo:

“É, eu acho que num vai longe não. O povo ta ficano cansado. Cada dia ta mais difícil alugar pasta no inverno e agora tão vendeno as fazenda pra pranta soja. Quem tem pouco gado dá um jeitinho coloca daqui e dali, na beira da estrada, agora quem tem muito, aí eu num sei ou vai te que ir embora ou vendê o gado, né” (D. E., 56 - retireiro).

“Ainda vai longe. Se depender da nossa luta nós vamo conseguir legalizar essa área e vive tranqüilo aqui” (R. S., 40 – retireiro).

“É difícil saber o que vai ser dos retiros no futuro. Essas briga sempre tiveram. A gente torce para continuar os retiro, né!” (M.S., 59 – retireiro)

Para discutirmos e talvez refletirmos sobre o futuro dos retiros é interessante mergulhar um pouco no processo histórico da região. Os conflitos existentes na Comunidade dos retireiros são históricos na região Norte - Araguaia do estado de Mato Grosso e ameaçam constantemente a vida da comunidade.

Políticas de ocupação adotadas pelos governos Federal e Estadual em diferentes momentos da história e principalmente no início da década de sessenta foram fatores consideráveis para o aumento dos conflitos entre “caboclos” e latifúndios. Essas políticas, com o suposto objetivo de ocupação da Amazônia brasileira, desestruturaram as organizações rurais já instaladas, provocando um colapso social, cultural e ambiental na região.

A população da comunidade dos Retireiros, na sua maioria, chegou até este local vinda do sul do Estado do Pará onde realizavam a atividade de cria de gado em pastagens nativas. Incomodados por grandes latifundiários (já na década de 1930) subiram o Rio Araguaia à procura de espaços para continuarem com a referida atividade.

Na nova região, com o passar dos anos, a população dos retireiros também é intranqüilizada com ameaças de supostos “donos” da área que tentam tomar posse a força. Azambuja (2002) relata que na década de setenta os retireiros foram expropriados dessa área (retiros) por grupos armados que se diziam donos do lugar. Ao passar quatro anos inicia a volta retomando também suas atividades. Porém, os conflitos não cessaram. Fato semelhante ocorreu em meados 2000 quando um grupo de peões ocupa a área manifestando estarem realizando atividades para um suposto dono. Neste fato prevaleceu a organização dos retireiros resistindo às ameaças e permanecendo na área, como manifesta um retireiro:

“Os cara vieram dizendo que era dono das terras. Começaram fazendo picada, queria toma a terra, né? Era uma meia dúzia de peão. Nós era uma turma grande. Todo mundo unido. Aí nós embargamo os cara. Colocamo num caminhão e mandamo embora” (B. P. S. 67 - retireiro).

Esta resistência é fruto da história de luta deste povo aliada a organização e educação adquirida através de espaços escolarizados e, principalmente espaços não-escolarizados como a Prelazia, associação de produtores, sindicatos, dentre outros.

Para Azambuja (2002) a região Norte – Araguaia continua sofrendo a influência das políticas implantadas pelos governos Estadual, Federal e Municipal. O modelo de vida adotado pela população dos retiros que até então resistiu às pressões do mundo moderno, parece estar com os dias contados, se não adotarem medidas que lhes garanta a inserção no mundo moderno. Este modelo, embora seja sustentável para as populações ribeirinhas, não competem com as técnicas modernas de produção, ficando esta população à margem dos avanços técnico-científicos que garantem uma “melhor qualidade de vida”.

Para Giesta (2001) as técnicas modernas de produção no campo, responsáveis pelo êxodo rural no passado, exigem dos trabalhadores maior formação acadêmica para facilitar sua comunicação e contato com o mundo moderno, garantindo-lhes uma maior inserção ao mercado de trabalho.

As novas técnicas de produção têm ocupado áreas rurais até então consideradas marginais para o desenvolvimento de atividades lucrativas, permitindo assim que as fronteiras agrícolas se avancem cada vez mais, sem levar em conta as populações tradicionais, com seus costumes e tradições.

Atualmente a região do Araguaia começa a entrar em um novo ciclo econômico, caracterizado pela monocultura da soja. Imensas pastagens estão sendo substituídas por

lavouras e toda a atividade manual substituída por máquinas. Com isso, agregam-se às terras um maior valor, aumentando os interesses de grandes empresas e conseqüentemente os conflitos sociais.

Assim, esse modo de vida e as atividades desenvolvidas por essa população, poderão ser consumidos pela pressão do modelo de desenvolvimento atual. Junto, poderá se perder também todo um conhecimento sobre a fauna, flora, o ambiente físico e todas as formas de manifestações culturais desse povo.

Outro fator que nos últimos anos vem descaracterizando o modo de vida do retireiro é a posse de áreas, nas proximidades do rio ou dos lagos, por pessoas oriundas de outras regiões, com interesse de explorar o turismo. Com isso exploram os ribeirinhos com seu conhecimento sobre a pesca e o ambiente local, fazendo destes um guia a serviço do turismo exploratório. Essa atividade exige uma modificação do espaço. Para tanto, as áreas estão sendo cercadas impedindo a circulação de animais e pessoas, comprometendo as atividades e conseqüentemente a vida do retireiro. Este fator pode levar a região dos retiros ao que aconteceu em outras regiões do país.

Conforme Silva e Silva (1995), no pantanal Mato-grossense a atividade de manejo de gado em pastagens nativas encontra-se comprometida em decorrência do fim do sistema de uso comum das terras, passando para um sistema de posse, onde cada pantaneiro tornou-se dono de uma área, cercando-a e conseqüentemente descaracterizando todo o sistema de produção: “Anteriormente às cercas, durante a cheia, o gado deslocava-se para os morros e ganhava o outro lado. Desta maneira a sobrevivência dos animais estava garantida. Com os cercados, o gado fica confinado e sem espaço para se movimentar” (Silva e Silva, 1995 p.83).

Cândido (2001 p.204) descreve fato semelhante:

“A vida tradicional sobreviveu até aqui em muitas áreas, embora mais ou menos alterada. Parece difícil que possa, daqui por diante, resistir à expansão capitalista... A conseqüência é a incorporação progressiva desta área, e de outras parecidas, à esfera da economia moderna, processo que repercute fundo em toda a organização da vida social”.

Para este autor as mudanças na forma de organização e trabalhos alteram também o equilíbrio ecológico e os mecanismos de aquisição e transmissão do conhecimento sobre o ambiente.

De acordo com o Presidente da Associação dos Retireiros inúmeras iniciativas vêm sendo tomadas para garantir a estabilidade da população e conseqüentemente a conservação do ambiente, dos costumes e saber deste povo. Dentre as iniciativas destaca a luta junto ao Ministério do Meio Ambiente para a legalização da área como “área de uso comum”. Segundo o presidente, diversos contatos já foram realizados junto a este Ministério, estando no aguardo de respostas.

Vários trabalhos acadêmicos vêm sendo realizados no sentido de registrar o modo de vida e organização da comunidade, para que além de servir de instrumento para o ensino formal, sirva também para a divulgação em diversos segmentos da sociedade.

Estudar os filhos é uma alternativa utilizada pelos retireiros para o fortalecimento de sua luta. Embora haja um conflito entre estudar os filhos como garantia de uma vida melhor no retiro ou estudá-los para adquirir outra formação e viver na cidade, o certo é que a formação dos mesmos tem contribuído com as conquistas da comunidade. Muitos de seus filhos hoje possuem o ensino médio ou curso superior. Estes, embora não atuam nas atividades com os pais, contribuem nas discussões e tomadas de decisões da comunidade, garantindo-lhes a permanência no local.

Percebe-se aqui, que a educação (tanto formal como informal) é o caminho para emancipação desta população. O entrelaçamento entre educação formal e informal é que sustenta a permanência do retireiro na comunidade. Sobre este assunto Silva (2002) afirma que a educação proveniente do lar vai se entrelaçar com a educação formal, balizada pela escola, completando as etapas de sua formação para a vida.

Honda (1998) reforça essa interação quando afirma que para os povos ribeirinhos a educação é tida como instrumento que garante a mobilidade social, possibilita melhores condições de trabalho e de vida e permite-lhes exercitar o direito à cidadania.

Na fala dos retireiros mais jovens é possível notar que a educação formal está mais propícia a prepará-los para a conquista de direitos que para a melhoria da qualidade de vida. A maioria dos jovens da comunidade possui ensino médio completo e vê na atividade que desenvolve um meio economicamente lucrativo que lhes garante ascensão social. É possível perceber o “tradicional” e o “moderno” dividindo o mesmo espaço, sem conflito aparentemente comprometedor. O que não se pode, no entanto, é tornar a boa lucratividade, garantida pela atividade desenvolvida nos retiros, um desestímulo para as crianças continuar freqüentando a escola, fragilizando a organização da comunidade.

A manutenção desses povos com seus costumes e saberes em seu ambiente passa necessariamente por discussões sócio ambientais que envolvam ética e cidadania. Neste sentido a Educação Ambiental tem papel fundamental na promoção de debates em toda a sociedade e na criação de mecanismos que estruturam e sustentem a organização da comunidade, possibilitando assim lutar por direito à terra, a um ambiente saudável e à manutenção das características culturais, garantindo a sustentabilidade do ambiente e consequentemente da população retireira.

De acordo com Nordi (2001) a Educação Ambiental tem o desafio de consolidar o entrelaçamento entre saber tradicional e científico. E vai mais além:

“A formulação de ações em Educação Ambiental ou concepção de planos de manejo, que visem o desenvolvimento sustentável com justiça social não terá eficácia se não houver uma contextualização de todo o conhecimento indígena e caboclo sobre o funcionamento e diversidade dos diversos sistemas” (Nordi, 2001 p. 136).

Para Freitas (2004) as atividades de Educação Ambiental devem estar orientadas para as distintas formas de apropriação e uso dos recursos naturais. Para o autor cada cultura constrói uma imagem diferente de sua natureza, portanto, os saberes tradicionais sobre os ecossistemas só poderão ser compreendidos na sua integralidade se considerarmos os aspectos cosmológicos pertinentes a cada cultura.

Dessa forma é possível superar o desafio da conservação da Comunidade de retireiros do Araguaia com seus aspectos sociais, naturais e culturais. Vislumbrando assim a garantia de um futuro, não apenas como um retrato do passado, mas como manifestações vivas e atuais de um grupo que consegue interagir com o mundo moderno aliando conhecimento tradicional e científico, por meio dos processos educativos formal, não-formal e informal. E além de tudo, permitindo transmitir seus conhecimentos e seu modo de vida a toda a sociedade como ensinamento de um modelo de relação entre a humanidade e a natureza que demonstra ser economicamente rentável, ecologicamente saudável e socialmente justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa pode-se perceber que a Comunidade dos Retireiros do Araguaia, localizada na região Norte - Araguaia do Estado de Mato Grosso é um exemplo de relação entre os seres humanos e o ecossistema. Esta relação é permitida graças ao modelo de manejo dos recursos naturais adotado pela população.

A identidade sociocultural dos Retireiros do Araguaia é manifestada pela prática sócio-econômica e cultural desenvolvida pelos mesmos e pela sua história de vida.

Natos criadores de gado em pastagens nativas da região de cerrado alagado, vivem suas vidas de acordo com o regime das águas do Araguaia, fazendo dos períodos sazonais um mecanismo de aprendizado e socialização de saber.

A história de vida desta população é marcada pelos constantes conflitos pela posse da terra contra o capital privado que sempre ameaça sua estabilidade fazendo deste, um povo retirante, que apesar de tanto tempo ainda luta por um espaço definitivo para morar. A vida do retireiro também é marcada pela luta para a sobrevivência num ecossistema marginal que apresenta enormes dificuldades de acesso e estabilidade.

A superação das dificuldades é garantida graças ao padrão de organização social estabelecido na comunidade e à profunda gama de conhecimento do ambiente local. A divisão de trabalho e os laços de companheirismo fortalecem as ligações na comunidade, tanto nas relações sociais entre os membros da comunidade como as relações destes com a natureza. Conhecer o ambiente natural para esta população é o aprendizado fundamental, pois dele dependerá o futuro da comunidade. O conhecimento que possuem, denominado de conhecimento tradicional por diversos autores, além de garantir a sobrevivência da população conserva o ambiente natural como garantia de sustento para as gerações futuras.

Nesta pesquisa pode-se notar que o conhecimento que os retireiros possuem acerca dos recursos naturais e do ambiente físico é primordial para a vida da população e conservação do ambiente. Esse conhecimento não se manifesta apenas na utilização dos recursos da fauna e flora, mas também na compreensão da relação entre os seres e a dinâmica do ambiente natural. O saber sobre o clima, solo, regime de chuvas, secas são atributos que garantem a vida do retireiro em sua comunidade.

A aquisição e socialização desse conhecimento acontecem no seio da comunidade por um processo de manifestação cultural manifestado no cotidiano da população. Para tanto, os

mais jovens aprendem nas observações e no fazer com os mais velhos, caracterizando assim um processo educativo informal que é vivenciado por todos da comunidade. Nesse sentido há de se convir que o retireiro “se faz” pela experiência adquirida e acumulada em sucessivos anos de experiência.

Embora nos retiros não haja escola, todos os retireiros têm acesso à educação escolarizada, saindo dos retiros para estudar na cidade. Os mesmos não utilizam desta para as práticas desenvolvidas na comunidade e sim como mecanismo para superar o modelo tradicional de vida no retiro e buscarem alternativas de sobrevivência.

A preocupação com a conservação do ambiente natural é percebida na comunidade. Para os retireiros, conservar o ambiente é garantir a sobrevivência da população e das gerações futuras. Com isso desenvolvem um modelo de Educação Ambiental informal que é percebido nas práticas cotidianas: pastoreio do gado, pesca, caça e coleta de recursos da flora.

A Educação Ambiental que acontece na Comunidade dos Retireiros é um processo de aprendizagem permanente e não tem um modelo ou uma fórmula. Ela é manifestação cultural, percebida tanto nas atividades desenvolvidas no retiro como no modelo de conservação adotado pelo grupo.

Há que se dizer que a educação ambiental desenvolvida pelos retireiros segue um caminho oposto da educação ambiental formal, primando por desenvolver um conhecimento que seja sustentado por valores e atitudes, levando a população a viver em harmonia entre si e com a natureza.

O modelo de vida adotado pelos retireiros pode servir de subsídio para propostas de educação Ambiental no ensino formal a partir dos espaços não-escolarizados. Para a concretização desta idéia, há que se ampliar o leque de pesquisas em etnobiologia e educação e meio ambiente para que se compreendam diferentes mecanismos de conservação ambiental e a complexa teia de relações estabelecidas nos ecossistemas, capaz de garantir a sistematização de um complexo conjunto de conhecimento relativo ao meio ambiente de populações tradicionais.

Esse conhecimento pode ser revertido em políticas ambientais que garantam a conservação de ecossistemas vivos capazes de dar suporte econômico a toda a sociedade, garantindo também um ambiente saudável para a vida das populações futuras.

Neste sentido estudos como estes contribuem para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, que seja social e ambientalmente sustentável. Para tanto o saber dos povos tradicionais como dos Retireiros do Araguaia, a respeito do ambiente precisa ser respeitado,

levando-se em consideração nas tomadas de decisões das políticas desenvolvimentistas do país. A preservação do conhecimento das diferentes culturas sobre manejo dos recursos naturais, além de garantir a conservação da riqueza cultural, garantirá a manutenção da diversidade biológica.

Portanto, a teia de relações que se estabelece entre os retireiros, suas famílias e a região do Araguaia propiciam uma interlocução fecunda envolvendo ambiente, educação e favorecendo as ações advindas de uma Educação Ambiental comprometida com um mundo mais justo e igualitário.

Que os Retireiros do Araguaia tenham, se não nos ensinados, mostrados caminhos a percorrer e a desvelar modos de vida peculiares em uma região que certamente é das mais ricas e belas deste Estado de Mato Grosso, repleto de possibilidades e limites, tendo como princípio o respeito ao conhecimento local instalado e mantido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. Da experiência do saber ao saber da experiência: uma abordagem do Projeto Inajá II – a formação do supervisor. *Revista de Educação Pública*, v.4 n.5: 413 a 425. UFMT: Cuiabá, 1995.

ANDRÉ, M.E.D.A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ARTUNDUAGA, L. A. “La etnoeducación: una dimensión de trabajo para la educación en comunidades indígenas de colombia. *Revista Iberoamericana de Educación*. Nº 13 Out/1998.

AZAMBUJA, F. A. *Retireiro do Araguaia: uma identidade em construção*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Estado de Mato Grosso, Luciara – MT, 2002.

BARCELOS, V. H. O conhecer, o saber e a ecologia: em tempos de pós-modernidade. *Revista de Educação Pública*, 12(21): 149 a 168 – UFMT: Cuiabá, 2003.

BARCELOS, J. R. M. *A Educação Ambiental na Vila da Barra-Rio Grande do Sul: uma análise de representações sociais em uma comunidade de pescadores artesanais*. Dissertação de Mestrado, Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rio Grande, 2003.

BEGOSSI, A. et. al. Ecologia Humana, Etnoecologia e conservação. In: AMOROZO, M. C. de M. et. al. *Métodos e Coletas de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas*. Rio Claro, SP: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas – UNESP/CNPq, 2002.

BODGAN, R. e BIKLEN, S. – *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos* – Porto: Porto Editora, 1994.

BORTOLOTTI, I. M. – *Educação e uso dos recursos naturais: um estudo na comunidade de Albuquerque, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Pantanal* – Dissertação de Mestrado, Programa Integrado de Pós-Graduação em Educação. UFMT: Cuiabá, 1999.

BORTOLOTTI, I. M. e GUARIM NETO, G. Conservação da Natureza em uma escola rural do distrito de Albuquerque (Corumbá, Mato Grosso do Sul): uma abordagem para a educação no contexto da etnobotânica. *Revista de Educação Pública*, v.7 n.11: 25 a 41. UFMT: Cuiabá, 1998.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BRANDÃO, A. C. *O que é Educação*. 31 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ *A Educação como Cultura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

BRONDÍZIO, E. S. e NEVES, W. A. Populações Caboclas do Estuário do Amazonas: A percepção do Ambiente Natural. In: Pavan, C. *Uma Estratégia Latino Americana para a Amazônia*. Vol 01. São Paulo: Memorial, 1996.

CAMPOS, J. G. F. de. *Agenda 21: Da Rio 92 ao Local de trabalho*. São Paulo: Iglu, 1996.

CÂNDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CAPRA, F. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.

CARVALHO, I. (org) *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: Comunidades Tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos* – São Paulo: Hucitec, 2000.

CRESPO, S. Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da agenda 21. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M. e BARCELOS, V. H. de L. *Tendências da educação Ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

DIAGNÓSTICO Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso – Outubro, 1996.

DIEGUES, A.C. (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos* – São Paulo: Hucitec, 2000.

_____ O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: Ferreira, L. de C.; Viola, E. (orgs). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1996.

_____ Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Vieira, P. F. e Weber J. (orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

ESCRIBANO, F. *Descalço sobre a terra vermelha*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987

FERREIRA, M.S.F.D. – *A comunidade de Barranco Alto: diversificação de saberes às margens do Rio Cuiabá* – Dissertação de Mestrado, Programa Integrado de Pós-Graduação em Educação UFMT: Cuiabá, 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, S. F. Educação Ambiental em Espaços Não-escolarizados: gestão e conservação. In: TAGLIEBER, J. E. e SILVEIRA, A. F. (orgs.). *Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental*. I Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental. Pelotas: Editora Universitária/UFPol, 2004.

FURTADO, L. G. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1987.

_____ *Pescadores do Rio Amazonas: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1993.

GADOTTI, M. – *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório* – 9 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIESTA, N. C. *Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?* 1ª ed. Araraquara: J.M. Editora, 2001.

GOHN, M. da G. *Educação não Formal e Cultura Política*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ *Movimentos Sociais e Educação*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUANAES, 2001.

GUARIM, V.L.M.S. – *Conservação da natureza e educação em comunidade Ribeirinha tradicional* – Dissertação de Mestrado, Programa Integrado de Pós-Graduação em Educação UFMT/IE: Cuiabá, 1995.

GUARIM, V. L. M. S. *Educação e Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais*. Tese de doutorado, Cuiabá: IE/UFMT, 2000.

GUARIM NETO, G. *O Saber Tradicional Pantaneiro: as plantas medicinais e a educação Ambiental*. In: Anais do Seminário de Educação. Cuiabá: IE/UFMT, 2001.

GUARIM NETO, G., FERREIRA, M. S. F. D. e GUARIM, V. L. M. S. – O conhecimento ambiental e o contexto escolar no Pantanal Matogrossense. *Revista de Educação Pública*, v.8 n.14: 27 a 40, UFMT: Cuiabá, 1999.

GUARIM NETO, G. e FREIRE, E. M. D. A botânica e a prática da educação ambiental. *Revista de Educação Pública*, v.4 n.5: 183 a 193. UFMT: Cuiabá, 1995.

GUARIM NETO, G.; GUARIM, V. L. M. S.; SILVA, J. V. B. ; JORGE, S. S. A & SANTANA, S. R. *Flora Medicinal no contexto da educação não-escolarizada*. III Encontro de Pesquisa em Educação do Centro Oeste. Anais. Cuiabá. UFMT, 2000.

GUARIM NETO, G. O Saber tradicional pantaneiro: as plantas medicinais e a Educação Ambiental. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2001, Cuiabá. *Anais...Cuiabá*: UFMT, 2001. p. 341.

GUARIM NETO, G. & MORAES R. G. *Plantas medicinais e Educação Ambiental: uma experiência na região noroeste de Mato Grosso*. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2003, Cuiabá. *Anais...Cuiabá*: IE/UFMT, 2003. p. 342.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão Ambiental na educação*. Campinas: Papirus, 1995.

GUTIÉRREZ, F. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. 2 ed. São Paulo: Cortez:Instituto Paulo Freire, 2000.

HONDA, N. *Educação no Pantanal: a atuação da Base de Estudos da UFMS na região do Passo do Lontra*. Campo Grande: UFMS, 1998.

IANNI, O. *A luta pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEFF, E. *De quién es la naturaleza?: sobre la apropiación social de los recursos naturales*. Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe. México, 1995.

LEONARDI, M. L. A. A educação ambiental como um dos instrumentos da superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio Ambiente*,

Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez/ Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LIMA, A. M. *Um estudo com pescadores pantaneiros de Cáceres: o Rio Paraguai como elemento educativo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação UFMT/IE: Cuiabá, 2004.

LIMA, M. J. A. *Ecologia Humana: realidade e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARQUES, J. G. W. *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. 2ª ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

_____ *Da gargalhada ao pranto: inserção etnoecológica da vocalização de aves em ecossistemas rurais do Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 1999.

MONTEIRO, R. S. *Educação Ambiental em Mato Grosso*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

MORÁN, E. F. *A ecologia Humana das populações da Amazônia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.

POLTRONIERI, L. C. Percepção de custos e riscos provocados pelo uso de praguicidas na agricultura. In: Del Rio, V. e Oliveira, L. (org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2 ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 1999.

POSEY, D. A. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: Pavan, C. *Uma Estratégia Latino Americana para a Amazônia*. Vol 01. São Paulo: Memorial, 1996.

PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, E. *Biologia da Conservação*. Londrina: Primack, R. B. e E. Rodrigues, 2001.

REIGOTA, M. *O que é Educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ Por uma filosofia da educação ambiental. In: Pavan, C. *Uma Estratégia Latino Americana para a Amazônia*. Vol 01. São Paulo: Memorial, 1996.

REIS, S. L. de A. – Educação ambiental e a prática pedagógica nas escolas de 1º grau nas localidades do Morro de Santo Antonio – *Revista de Educação Pública*, v.4 n.6: 159 a 171, UFMT: Cuiabá, 1995.

REIS, S. L. de A. *As relações ambientais e educativas no cotidiano da comunidade ribeirinha de Porto Brandão, Pantanal de Barão Melgaço - MT*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. UFMT/IE: Cuiabá, 1996.

RIBEIRO, H. de S. e RIBEIRO, M. M. Educação informal, formal e não-formal – *Revista de Educação Pública*, v.12 n.21: 149 a 168 – UFMT: Cuiabá, 2003.

RUSCHEINSKY, A. A Educação Ambiental em espaços não-escolarizados: gestão e conservação. In: TAGLIEBER, J. E. e SILVEIRA, A. F. (orgs). *Pesquisa em educação Ambiental: Pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental*. I Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental. Pelotas: Editora Universitária/UFPol, 2004.

SATO, M. *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima, 2003.

SILVA, C. J. da e SILVA, J. A. F. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

SILVA, O. S. *A dimensão ambiental e educativa nas comunidades ribeirinhas de Figueira e Pai Caetano, município de Rosário Oeste – MT*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2002.

SOARES, L. A. B. *Trilhas e Caminhos: povoamento não-indígena no Vale do Araguaia-MT na primeira metade do Século XX*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá-MT, 2004.

STOREY, C. Gênero e Educação Ambiental na Amazônia. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M. e BARCELOS, V. H. de L. *Tendências da educação Ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

THIOLLENT, M., *Metodologia da Pesquisa- Ação*. São Paulo: Cortez, 2000.

VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como Ferramentas para estudos em etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. de M. et. al. *Métodos e Coletas de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas*. Rio Claro, SP: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas – UNESP/CNPq, 2002.

ANEXOS

Anexo I
ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1- Identificação:

Nome:

Origem:

Idade:

Escolaridade:

Tempo de moradia na área:

2- Informações sobre a flora local

- a) Que planta utilizam na alimentação, medicina, construção, como ornamentos e rituais?
- b) Qual a parte das mesmas é utilizada?
- c) Em que época do ano realiza as coletas?
- d) Com quem aprendeu utilizar os vegetais?
- e) Percebe a diminuição dos recursos vegetais?
- f) O que fazer para conservar esses recursos?

3- Informações sobre a caça

- a) Realizam caça?
- b) Qual a finalidade da caça?
- c) Que tipo de animais caçam?
- d) Onde caçam?
- e) Em que época do ano caçam?
- f) Com quem aprendeu a caçar?

4- Informações sobre a pesca

- a) Realizam a pesca?
- b) Qual a finalidade da pesca?
- c) Que tipos de peixes pescam?
- d) Onde pescam?
- e) Que petrecho e isca utilizam para pescar?
- f) Em que época do ano pescam?
- g) Com quem aprendeu a pescar?

5- Informações sobre o ambiente físico

- a) Como é o solo dos retiros?
- b) Como é o clima e a vida no retiro durante o verão?
- c) Como é o clima e a vida no retiro durante o inverno?
- d) Como você percebe que vai chover, fazer sol ou frio?
- e) Como você adquiriu esse conhecimento?

6- Informações sobre o processo educativo

- a) Todo esse conhecimento é repassado para seus filhos? Como?
- b) A educação que seus filhos adquirem na escola ajuda a conhecer a vida no retiro?
- c) Você acha importante a escola para seus filhos?
- d) Como você acha que deveria ser o ensino nas escolas hoje?

7- Informações sobre a vida do retireiro

- a) Como você se tornou retireiro?
- b) O que torna a vida difícil no retiro?
- c) O que torna a vida agradável no retiro?
- d) O que você gostaria de mudar no retiro?
- e) Qual o futuro dos retiros?
- f) O que você espera do futuro de seus filhos em relação ao retiro?

Anexo II

Vegetais que aparecem no texto

Nome popular	Família	Nome científico
Abacaxizinho	Bromeliaceae	<i>Dyckia aff. machrisiana</i>
Araticum	Annonaceae	<i>Annoma dióica</i> St. Hil
Bacaba	Arecaceae	<i>Oenocarpus disticus</i> Mart.
Barbatimão	Mimosaceae	<i>Stryphnodendron adstringens</i> Mart.
Baru	Leguminosae	<i>Dipteryx alata</i>
Buriti	Arecaceae	<i>Mauritia flexuosa</i>
Cagaita	Myrtaceae	<i>Eugenia dysenterica</i> DC
Cajuí	Anacardiaceae	<i>Anacardium</i> sp
Candeia	Compositae	<i>Gochnatia polymorpha</i> (Less) Cabr
Canjirana	Vochysiaceae	<i>Vochysia divergens</i>
Capim vereda	Não identificado	
Coco babaçu	Arecaceae	<i>Orbygnia phalerata</i> Mart.
Curriola	Sapotaceae	<i>Pouteria ramiflora</i> Mart.
Guatambu	Apocynaceae	<i>Asplidosperma australe</i>
Inharé	Moraceae	<i>Brosimum gandichaudii</i> Trec
Jatobá	Leguminosae	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart.
Jenipapo	Rubiaceae	<i>Genipa americana</i> L.
Jurubeba	Solanaceae	<i>Solanum paniculatum</i> L.
Landi	Clusiaceae	<i>Calophyllum brasiliense</i> Camb.
Manacá	Rutaceae	<i>Spiranthera odoratissima</i> St. Hill.
Mangaba	Apocynaceae	<i>Hancornia speciosa</i> Gómez
Murici	Malpighiaceae	<i>Byrsonima verbacifolia</i> (L) DC
Oiti	Chrysobalanaceae	<i>Couepia</i> sp
Pata de vaca	Leguminosae	<i>Bauhinia rufa</i> (Bong.) Stend.
Pau doce	Vochysiaceae	<i>Vochysia rufa</i> (Spr.) Mart.
Pequi	Cariocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i> Camb
Piaçava	Arecaceae	<i>Attalea exígua</i> Mart.
Sambaíba	Dilleniaceae	<i>Curatella Americana</i> L.
Velame	Apocynaceae	<i>Macrosiphonia velame</i> M. Arg.

Anexo III

Lista de animais (menos peixes) que aparecem no texto

Nome popular	Família	Nome científico
Anta	Tapiridae	<i>Tapirus terrestris</i>
Anu	Cuculidae	<i>Crotophaga ani</i>
Beija-flor	Trochilidae	<i>Eupetomena</i> sp
Bem-te-vi	Tyrannidae	<i>Tyranus melancholicus</i>
Boto	Platanistidae	<i>Inia geoffrensis</i>
Cascavel	Viperidae	<i>Crotalus durissus</i>
Capivara	Hidrochaeridae	<i>Hidrochaeris hydrocaeris</i>
Cotia	Dasyproctidae	<i>Dasyprocta azarae</i>
Galinha d'água	Jacanídae	<i>Gallinula chloropus</i>
Jacaré	Alligatoridae	<i>Crocodyllus Caiman Yacare</i>
Jacutinga	Cracidae	<i>Penelope jacutinga</i>
Jaó	Tinamidae	<i>Crypturellus noctivagus</i>
Jibóia	Boidae	<i>Boa constrictor</i>
Juriti	Columbidae	<i>Leptotila</i> sp
Lobo guará	Canidae	<i>Chrysocyon brachyurus</i>
Nambu	Tinamidae	<i>Crypturellus tataupa</i>
Onça	Felidae	<i>Panthera onca</i>
Paca	Agoutidae	<i>Agouti paca</i>
Perdiz	Tinamidae	<i>Alectoris rufa</i>
Pomba margosa	Columbidae	<i>Columba plumbea</i>
Quandu	Erethizontidae	<i>Coendou prebensilis</i>
Sucuri	Boidae	<i>Eunectes</i> sp
Tamanduá mirim	Myrmecophagidae	<i>Tamandua tetradactyla</i>
Tartaruga	Podocnemidae	<i>Podocnemis expansa</i>
Tatu	Dasypodidae	<i>Dasypus novencintus</i>
Tatupeba	Dasypodidae	<i>Eupharactus sexcintus</i>
Tracajá	Podocnemidae	<i>Podocnemis unifilis</i>
Veado	Cervidae	<i>Manzana</i> sp

Anexo IV

Lista de peixes que aparecem no texto

Nome comum	Família	Nome científico
Arraia	Patamotrygonidae	<i>Potamotrygon laticeps</i>
Barbado	Pimelodidae	<i>Pinirampus pirinampu</i>
Cachara	Pimelodidae	<i>Pseudoplatystoma fasciatus</i>
Caranha	Lutjanidae	<i>Lutjanus cianopterus</i>
Curvina	Sciaenidae	<i>Micropogonia furnieri</i>
Matrinchã	Characidae	<i>Brycon cephalus</i>
Pacu	Characidae	<i>Piaractus mesopotamicus</i>
Piabanha	Characidae	<i>Brycon insignis</i>
Piau	Anostomidae	<i>Leporinus</i> spp.
Pintado	Pimelodidae	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>
Pirarara	Pimelodidae	<i>Phractocephalus hemilliopterus</i>
Pirarucu	Osteoglossidae	<i>Arapaima gigas</i>
Piranha	Characidae	<i>Serrasalmus</i> spp
Tucunaré	Cichlidae	<i>Cichla ocellaris</i>

SOBRE O AUTOR

Regisnei Aparecido de Oliveira Silva nasceu em Mirassol D'oeste - MT em 26 de abril de 1971. Criou-se em São José dos Quatro Marcos, também em Mato Grosso onde estudou o ensino fundamental, parte na zona rural e posteriormente na zona urbana. Aos 15 anos mudou-se com a família para o município de Lambari D'oeste - MT, parando de estudar e envolvendo-se nas atividades agrícolas da família. Aos dezoito anos, com apenas o ensino fundamental começa a dar aulas na escola rural de um assentamento, iniciando também o curso médio de magistério na cidade de Rio Branco-MT. A jornada de 40 quilômetros diários até a cidade, hora de ônibus, ora de caminhão ou carona, não impediu que terminasse o ensino médio em 1992. Em 1993 é aprovado no exame vestibular da Universidade do Estado de Mato Grosso para o curso de Ciências Biológicas e no concurso público para professores da rede municipal de Cáceres. Muda-se para Cáceres, onde inicia o curso superior e continua a dar aulas, agora na periferia da cidade. Gradua-se se Ciências Biológicas em 1996 e em 1997 é aprovado em teste seletivo para Coordenador Local do Curso de Ciências Biológicas da UNEMAT no Campus Universitário do Médio Araguaia em Luciara - MT. Em janeiro de 1998 muda-se para Luciara onde permanece por 5 anos. Em Luciara além das atividades de Coordenação, desenvolve atividades de docência no ensino superior e médio, faz curso de especialização e participa de vários projetos junto às comunidades da região. Em dezembro de 2002 é aprovado na seleção para o Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, desenvolvendo uma pesquisa que tem esta dissertação como resultado. Atualmente é professor substituto no Departamento de Ciências Biológicas da UNEMAT/Campus de Cáceres e Coordenador do Programa de Educação à Distância desta mesma Universidade.